

SIMPÓSIO 14

LINGUÍSTICA HISTÓRICA E HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Este Simpósio pretende promover uma reflexão acerca dos diferentes enquadramentos teóricos e metodológicos em Linguística Histórica. Pretende-se, igualmente, a abordagem de fenómenos de mudança da língua portuguesa, ao longo da sua história, apoiada na análise histórico-linguística de documentação (literária e não literária) remanescente do passado.

COORDENAÇÃO

Paulo Osório

Universidade da Beira Interior - Covilhã-POR
pjtrso@ubi.pt

Maria Francisca Xavier

Universidade Nova de Lisboa
xmfmbb@fesh.unl.pt

A EVOLUÇÃO DO PARTICÍPIO PRESENTE EM PORTUGUÊS

Elaine Ferreira DIAS (PUCMINAS/UNIMONTES)²⁴⁴

Resumo: Com vistas a contribuir para o estudo dos processos de mudança linguística, este trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão geral sobre a evolução do particípio presente. Segundo Williams (1961, p. 191) houve mudança do particípio presente, que passou da categoria de verbo, para as categorias de adjetivo e substantivo no português. Em um estudo preliminar, comprovou-se que alguns verbos no particípio presente podiam funcionar como adjetivos, substantivos, ou, em alguns casos mais restritos, como preposições e conjunções. A pesquisa está centrada nos fundamentos da gramática estrutural e funcional, bem como na teoria dos protótipos.

Palavras-chave: Mudança linguística. Particípio presente. Adjetivo de participial.

1. Introdução

Este artigo tem por objetivo proceder a uma discussão geral sobre a evolução do particípio presente. Neste trabalho foram considerados alguns dados extraídos do corpus de uma pesquisa maior intitulada “A evolução do particípio presente em português”, que conta com a supervisão da professora Dr.^a Ângela Vaz Leão. Atualmente a pesquisa está em fase de desenvolvimento e possui um corpus de 900.000 palavras, que abrange as fases arcaica, moderna e contemporânea da língua portuguesa. Por ora, será feita uma breve contextualização, ao apresentar o objeto e algumas das principais contribuições sobre o tema. E afinal, serão discutidas, ainda que preliminarmente, algumas construções com adjetivos de participiais em -nte.

2. O particípio presente

A natureza híbrida do particípio presente foi objeto de estudo desde a antiguidade. Segundo Dionísio de Trácia na edição de Kemp (1986, p. 356): “Particípio é uma palavra que participa das características tanto de verbos quanto de nomes. Ele tem os mesmos atributos do nome e do verbo, exceto pessoa e modo”(tradução nossa)²⁴⁵. Na atualidade, o fenômeno continua sendo objeto de pesquisas, como, por exemplo, o estudo do particípio presente no italiano por Luraghi (1999), dentre outros.

Conforme foi observado com o estudo do corpus da pesquisa, o particípio presente pode ocorrer em diversos contextos:

(1) E aveeralhe assi aquela noite que el nom dormira se pouco e adormecera entrante a ponte. (SG, fl.152d)

(2) O Calundú era importante assim? (SN, Bp.)

²⁴⁴Professora do departamento de Comunicação e Letras da UNIMONTES. Aluna do programa DINTER(Doutorado interinstitucional UNIMONTES/PUCMinas). Minas Gerais, Brasil. A pesquisa contou com o financiamento da: FAPEMIG/CAPES. Email: elainefdias@ig.com.br

²⁴⁵ A participle is a word which participates in the characteristics of both the verbs and the nouns. It has the same attributes as the noun and the verb, except for person and moods.

(3) Faculdades americanas dão nota não apenas para o que os estudantes fazem em sala de aula mas fora dela. (FS, 07/01/98)

(4) E, como a Beija-Fulô depressa aprendia as coisas, assustei-me bastante, numa tarde em que ela veio escoucear minha porta, com o seu proprietário escornado em cima do arreio, na mais concreta abstração. (SG, Cf.)

(5) Então disseram uns aos outros: Nós, na verdade, somos culpados no tocante a nosso irmão, porquanto vimos a angústia da sua alma (...). (BS, Gn.43,21)

(6) Por conseguinte, já consideramos um assunto ultrapassado: não pretendemos abrir essa discussão. (FS, 07/01/98)

Nos exemplos dados, a construção radical + sufixo -nte é empregada com as seguintes funções:

- (1) entrante - tem o valor de verbo não finito, equivale a uma oração adverbial;
- (2) importante - exerce função de adjetivo, como predicativo do sujeito;
- (3) estudante - exerce função de substantivo, como sujeito da oração;
- (4) bastante - exerce função de advérbio, como adjunto adverbial ;
- (5) no tocante a - exerce função de locução prepositiva, ligando sintagmas nominais;
- (6) por conseguinte - exerce função de locução conjuntiva, ligando períodos e orações.

Nesse sentido, o fato de o sufixo -nte possibilitar a formação de palavras de diferentes classes está associado à evolução do particípio presente, que, nas línguas neolatinas, teve início desde a sua formação e ainda em período anterior. Sobre isso, Meyer-Lübke, citado por Marouzeau (1910), ensina:

Mesmo em latim, desde os textos mais antigos, parece que o particípio presente esteja condenado; e, de fato, apesar da existência prolongada que ele terá na língua literária, é uma das formas que não sobreviverá, senão com dificuldade no latim e será quase ignorada pelo romance. (tradução nossa, p. 1, § 134)²⁴⁶

A precoce lexicalização do particípio presente não é de todo desconhecida. Por exemplo, Brandão (1933) aponta o emprego do particípio presente no latim como simples adjetivo,

Particípio presente como simples adjetivo - Em latim é êste uso mais extenso que em grego. Os participios assim empregados admitem graus, e, quando pertencentes a verbos transitivos, em vez do acusativo, tomam o genitivo. Além disso, podem vincular-se predicativamente ao sujeito mediante esse. (p.19)

ou como substantivo.

Participio presente substantivado. 20 - Em grego, por causa do artigo, era facil a substantivação dos participios. Em latim era mais restrita a substantivação e ocorrita mais frequente no plural. O part. pres.

²⁴⁶ En latin même, dès les plus anciens textes, il semble que le participe présent soit condamné, et de fait, malgré l'existence prolongée qu'il aura dans la langue littéraire, c'est une des formes qui ne survivront qu'à peine au latin et qu'ignorera presque le roman..²

substantivado é raríssimo no nom. sing. Muitos nominativos do singular tornaram-se verdadeiros substantivos: *serpens*, *sapiens*, *amans*. (p.19)

Outra evidência da mudança do particípio presente no português está na redução de seu uso, pois o sufixo *-nte* não se aplica a todas as bases verbais, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 - Perda de generalidade do particípio presente

Infinitivo	Particípio presente
ser	*sente
esconder	*escondente
ferir	*ferinte

Fonte: Dados da pesquisa

Nesse sentido é expressiva a mudança do sufixo *-nte* no português, onde ele passa a se comportar como sufixo derivacional. Este e outros aspectos constituem evidências da mudança do sufixo *-nte*.

3. Breve histórico

Segundo Brandão (1993, p. 10), no latim o particípio possuía apresentava formas especiais para exprimir o conceito temporal de presente, passado e futuro. O particípio presente possuía o morfema *-nt-*, herdado do indo-europeu. A sua declinação seguia o paradigma dos adjetivos uniformes da terceira declinação, como nos exemplos: *amans*>*amantis*, *legens*>*legentis*. Ao particípio passado acrescentava-se o morfema *-to*, exemplos: *amatos,-a,-um*, *lectus,-a,-um*. O particípio futuro, por outro lado, provém da perífrase do infinitivo futuro, a qual tinha por primeiro termo o supino e por segundo um antigo infinitivo do verbo *ser*, que resultou, por exemplo, na formação clássica de *amaturus,-a,-um*, *lecturus,-a,-um*. No português contemporâneo restam algumas formas cristalizadas como *nascituro*, *morituro*, *vindouro* e *duradouro*.

O particípio presente se refere, em geral, a um substantivo, com o qual concorda. Essa é a sua principal característica, chegando alguns autores a classificá-lo como adjetivo verbal. Em latim, o particípio presente podia limitar-se ao papel de adjetivo, valendo por simples adjetivo ou oração relativa.

O seu emprego foi observável apenas em alguns documentos da fase arcaica, sob influência direta do latim e em formas cristalizadas. É o que se observa no exemplo seguinte:

(7) E saindo dali, entrou em casa de um homem temente a Deus, chamado Tito Justo, cuja casa ficava junto da sinagoga. (BS, At 18, 7)

Contudo seu emprego como adjetivo e substantivo é muito produtivo. Os falantes podem criar novos adjetivos ou substantivos, simplesmente adicionando o sufixo *-nte* a alguma base verbal. Por exemplo, o neologismo “os brincantes” foi empregado para denominar o grupo de arte fundado por Manuel Nóbrega. Sobre o escolha do termo foi dada a seguinte justificativa:

Brincante é o modo como os artistas populares se autodenominam. Eles nunca se nomeiam “dançarinos” ou “atores”, ele se dizem “brincantes”; ao

realizar um espetáculo, não dizem que vão "fazer um show", dizem que vão "brincar". (Instituto Brincante, 2010)

No caso dos substantivos, o morfema -nte é empregado mais frequentemente como sufixo indicador de agente.

A mudança do estatuto verbo-nominal é também apontada por Silva Luraghi (1999), que faz um estudo do sufixo -nte do italiano. Segundo a autora, o particípio presente foi confundido inicialmente com o gerúndio, passando depois a sofrer processo de lexicalização.

No italiano contemporâneo, o uso do particípio presente como verbo é escasso, sendo pouco empregado em linguagem formal. Exemplo desse emprego: una borsa contenente molto denaro (uma bolsa contendo muito dinheiro).

No português, o estudo das formas participiais conta ainda com algumas pesquisas. Consideraram-se as propostas de Epifânio Dias (1918), Cláudio Brandão (1933) e Jaciara de Oliveira (2011).

De acordo com Epifânio Dias, o particípio ativo no português divide-se em dois tipos, um em -ndo, representante do gerúndio latino, e outro em -nte, representante do particípio presente latino, conforme os exemplos:

(8) Eu, rei don Afonso, pela gracia de Deus rei de Portugal, sendo sano e saluo, temête o dia de mia morte, a saude de mia alma, e a proe de mia molier(...)(Afonso II, Te., apud COSTA, 1977, p. 300)

A forma verbal em -ndo herdou em parte os empregos sintáticos não só do ablativo do gerúndio, senão também, e principalmente do particípio presente latino, pois além de entrar na conjugação perifrástica, o particípio em -ndo, ou se liga, como aposto, ao sujeito, ou se junta ao sujeito próprio, correspondendo ao ablativo absoluto latino. Nessa forma ele equivale: 1) a uma oração causal; 2) a uma oração condicional; 3) a uma oração concessiva ou 4) a uma oração temporal. Pode, ainda, exprimir as circunstâncias de modo, ou de meio. A forma verbal em -nte empregava-se no português arcaico, como o particípio presente latino.

Brandão atribui ao particípio no português três usos principais:

a) o uso atributivo: com valor de adjetivo ou oração relativa;

(9) Rei e senhor natural, não reconhecente superior em o temporal. (Barros, Dec. 4, 7, 9 apud Brandão, 1933, p. 28)

b) o uso apositivo, com valor de advérbio, exprimindo diversas circunstancias como tempo, modo, meio, fim, causa, condição, ou concessão;

(10) E nostro Senhor complinte todas estas cousas esguarda de cada dia aquestes seus sanctos amoestamentos (Regra de S. Bendo, apud Brandão, 1933, p. 28)

c) uso predicativo: com valor adjetivo, denotando uma ação ou um estado atuais atribuídos ao sujeito.

(11) (...) rogamos as vossas universidades e amoestamos em no Senhor, mandantes-vos por os escriptos apostolicaes (...) (Crônica dos Frades Menores I, 22 apud Brandão, 1933, p. 29)

Além desses empregos, Brandão acrescenta mais três:

a) simples adjetivo. Exemplo: os lobos malfazentes.

b) simples substantivo. Exemplos: o ajudante, o celebrante, o requerente, o declarante, dentre outros.

c) construções absolutas: semelhantes às do ablativo absoluto em latim e exprimindo principalmente relação temporal. Exemplos: (ao) sol levante, ou (ao) sol poente, (no) caso acaecente, (condição) rompente o alvor, etc.

No português arcaico, Brandão afirma, contudo, que são escassos os exemplos do participio em -nte com valor verbal:

Lendo-se atentamente outros documentos da época, crônicas, narrações, escritos didáticos e ainda mesmo místicos, os próprios textos jurídicos, deparam-se-nos exemplos raros e de feição forçadamente latina. O mesmo se poderá dizer dos Cancioneiros, onde são pouquíssimos tais modismos. (p. 29)

A pouca vitalidade do participio presente com valor verbal no português, em sua fase inicial, se faz sentir também nas outras fases de desenvolvimento da língua portuguesa. Segundo o autor, no século XVI o seu emprego, ainda entre os letrados, foi de uso esporádico, sendo banido do falar comum. Como consequência, o adjetivo verbal foi perdendo progressivamente seu caráter verbal passando a mero adjetivo, como nos exemplos: cavaleiro andante, sol nascente.

Outra contribuição para o estudo do participio presente no português, se encontra na pesquisa realizada por Jaciara de Oliveira, trabalho que reúne os resultados obtidos em seu estágio pós-doutoral. Nesse artigo, a autora faz um estudo do texto original latino composto por 23 cartas de Bernardo de Claraval - texto direcionado às monjas e outras nobres senhoras, escrito no século XII - e comparado com sua tradução para o português contemporâneo. Na conclusão, a autora atesta a recategorização do participio presente em adjetivo e substantivo, casos de lexicalização, e em preposição e advérbio, casos de gramaticalização.

4. O adjetivo de participial em -nte

Os adjetivos de participiais apresentam uma estrutura morfossintática e semântica complexa, pois, como produtos deverbais, eles herdaram algumas das propriedades gramaticais da palavra de origem, o verbo, além de apresentar algumas características prototípicas da categoria de chegada, o adjetivo. Vejam-se os exemplos abaixo, em que o adjetivo de participial e o seu verbo de origem apresentam características morfossintáticas semelhantes:

(12) E porê mãdamos que este bispado de Leon nõ seja obediente a algũ arcebisado; e que tenha pellos montes Perineos e per Pena Ruyva (...) (CG, fl. 175)

(13) Depois que el rei Bamba ouve departidos todollos outros termhos, segundo o que vos ja dissemos, departio outrossi os bispados que devem de obedecer ao arcebisado de Tarragona. (Ibid.)

Em (12) a palavra obediente exerce função típica de adjetivo, ela modifica o sujeito bispado por meio de um verbo de ligação seja, função predicativa. Contudo, mantém do verbo de origem a mesma seleção de participantes. Primeiramente ela seleciona um sujeito animado, este bispado; assim como o exemplo (13) em que o verbo seleciona o sujeito, os bispados. Quanto à regência, o verbo obedecer possui sentido incompleto, ele seleciona um complemento, que neste caso é preposicionado, ao arcebisado. No exemplo (12), a palavra

obediente apresenta uma característica semelhante, pois rege um complemento preposicionado, que neste caso é o a algũ arcebisado. No primeiro caso, tem-se um complemento nominal e no segundo caso um complemento verbal. Com isso, observa-se claramente o compartilhamento de algumas propriedades entre palavras de categorias diferentes.

Conforme visto nos exemplos supra-comentados, o adjetivo de participial em -nte apresenta traços desviantes da categoria clássica dos adjetivos. Nesse sentido, para melhor avaliar seu estatuto categorial, optou-se por considerar dois critérios fundamentais:

- a) similaridade de função sintática;
- b) similaridade de sentido.

As categorias gramaticais apresentam, em geral, um repertório particular de tipos semânticos e funções sintáticas. Esses tipos se completam e formam um feixe central de traços que caracterizam uma determinada categoria, bem como a diferenciam de outras categorias.

O adjetivo²⁴⁷, prototipicamente modifica um substantivo, seja diretamente, função atributiva, seja por meio de um verbo suporte, isto é, verbo de ligação, função predicativa. Semanticamente, indica propriedades intrínsecas, adjetivos qualificativos típicos; ou propriedades manifestadas, adjetivos qualificativos deverbais não prototípicos. (CÂMARA JÚNIOR, 1956, p.21-22)

Conforme visto, adjetivo de participial em -nte apresenta uma especificação de sentido. Eles anunciam uma propriedade “manifestada” pelo substantivo. Assim é diferente dizer:

- a) Uma montanha verde;
- b) Uma montanha verdejante.

No primeiro caso, subentende-se que a montanha tenha a característica intrínseca de ser verde. No segundo caso, subentende-se um movimento, de um estado para outro. Essa dinamicidade foi apontada por Câmara Júnior como característica dos verbos, porém nesse caso não se trata de um simples processo, mas de um processo tomado como uma propriedade. Esse traço não prototípico é comumente manifestado nos adjetivos de participiais em -nte.

Em relação ao segundo critério, similaridade de função sintática, foram observadas os seguintes traços:

- a) função atributiva:

(14) Árvores grandes estocam mais carbono que as outras. (FS, 08/01/1998)

(15) (...) os que esse lugar fordes moradores e (...) seiades nossos seruizaes seruêtes e obedientes (...) (DN,1286)

(16) Que maior desgraça que o viver indiferente (...) (RV, Matias Aires)

- b) função predicativa:

²⁴⁷ Foram considerados apenas os adjetivos qualificativos. Os adjetivos determinativos, que fazem referência às pessoas gramaticais do discurso; como os demonstrativos, possessivos e indefinidos não foram incluídos.

(17) Gore foi o grande campeão da causa do Nafta em 1993. (FS, 11/01/1998)

(18) a vaidade de serem leais os faz obedientes (...) (RV, Matias Aires)

(19) o coração nunca fica indiferente (...) (Ibid.)

Conforme se pode observar, o adjetivo de participial em -nte ocorre nos mesmos contextos do adjetivo prototípico. No primeiro caso, função atributiva, os adjetivos grande, obediente e indiferente declaram uma característica ao substantivo e são classificados como adjunto atributivo. No segundo caso, função predicativa, a declaração principal está contida nos adjetivos grande, obediente e indiferentes. O verbo de ligação apenas anuncia um estado passageiro em (17) e (18) e uma mudança de estado em (19) relativamente ao tempo. Nesse caso a função predicativa é exercida verdadeiramente pelo adjetivo que é classificado como predicado nominal ou predicativo.

Outro traço típico dos adjetivos é o grau, os adjetivos são suscetíveis de exprimir propriedades em menor ou maior grau de intensidade:

(20) Ontem, ameaçaram derrubar o governo se houver uma retirada maior do que 10%. (FS, 07/01/1998)

(21) (traição) esta nos Monarcas é-lhes menos importante, que a memória; (RV)

(22) Úrsula levantou os ombros com o ar mais indiferente que pôde achar no seu repertório. (CT - Machado de Assis, Helena)

Por fim, observou-se, através de estudo de caso, que o adjetivo de participial em -nte preenche, em geral, as posições típicas da categoria dos adjetivos. Por outro lado, essa forma de participial apresentou, como era esperado, algumas particularidades semânticas, que a diferenciam, em parte, da categoria dos adjetivos. Quanto ao aspecto sintático, nos casos de função predicativa, observou-se um interessante quadro da regência do adjetivo. O adjetivo com esta função tende a selecionar um sujeito com os mesmos traços do verbo de origem, e, no caso de se tratar de uma palavra de predicação incompleta, o mesmo se aplica para o objeto.

5. Considerações Finais

Este artigo teve por proposta apresentar algumas considerações gerais sobre o emprego do participial presente em português.

Para tanto, procedeu-se inicialmente a uma breve contextualização, relativamente aos estudos sobre o desenvolvimento do participial presente no português. Depois, foi proposta uma rápida discussão sobre o emprego do adjetivo de participial em -nte.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Cláudio. O participial presente e o gerúndio em português. Belo Horizonte: [Imprensa Oficial], 1933.

EPIFÂNIO DIAS, Augusto da Silva. *Sintaxe histórica portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica, 1918.

INSTITUTO BRINCANTE. Disponível em: <<http://www.institutobrincante.org.br>>. Acesso em: 02 fev. 2013

KEMP, A. J. The Tekhne Grammatike of Dionysius Thrax. Translated into English by J. Alan Kemp *Historiographia Linguistica* 13:2/3, 1986, pp. 343–363

LURAGHI, Silvia. Il suffisso –ante/-ente in italiano: fra flessione e derivazione. In A. Mioni e L. Vanelli, a cura di, *Atti d xxxi Congresso SLI, Roma, Bulzoni, 1999*, 261-272.

MAROUZEAU, Jules. *L’emploi du participe présent latin à l’époque républicaine*. Paris: Librairie Ancienne H. Champion, 1910

OLIVEIRA, Jaciara Ornélia Nogueira de. O participio presente em cartas de Bernardo de Claraval: mudança e conservação na língua portuguesa. IN: *Confluência*, n. 35/36, 2011 (referente a 2008/2009) (p. 99-127)

WILLIAMS, Edwin Burcher,. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. 7. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

Lista de Siglas:

BS : A Bíblia Sagrada
CG : Crônica Geral de Espanha
CT : Corpus controle
DN : Documentos notariais
FS : Jornal Folha de São Paulo
RV : Reflexões sobre a Vaidade dos Homens
SG : Demanda do Santo Graal
SN : Sagarana

**ALGUMAS DECISÕES PROBLEMÁTICAS SOBRE VEDETS,
VARIANTES E CONFRONTOS ENTRE ARTIGOS DO DICIONÁRIO DA LÍNGUA
PORTUGUESA MEDIEVAL**

Maria Francisca XAVIER (CLUNL)²⁴⁸
Maria de Lourdes CRISPIM (CLUNL)²⁴⁹

Resumo: A exaustividade e sistematicidade na elaboração do DLPM a partir de um corpus textual do século XII ao século XVI, incluindo fontes literárias e não literárias, revelou-se um desafio estimulante, mas muito exigente. Na atual fase de revisão final dos verbetes, as palavras desconhecidas ainda obrigam a pesquisas demoradas, sendo também problemáticas as múltiplas variantes, a escolha da forma das vedetas e os confrontos entre artigos. Assim, apresenta-se uma reflexão sobre alguns critérios estabelecidos e decisões tomadas com vista a facilitar a consulta do Dicionário por um público diversificado, sem prejudicar o rigor e a qualidade da informação nele contida.

Palavras-chave: Dicionário. Português medieval. Critérios. Vedeta. Variantes.

1. Introdução

O Dicionário da Língua Portuguesa Medieval (DLPM)²⁵⁰ caracteriza-se pelo registo exaustivo das palavras presentes na totalidade do corpus textual que lhe serve de fonte, o Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM). Este corpus é constituído por textos literários e não literários pertencentes aos séculos XII a XVI²⁵¹. A digitalização dos textos levantou as primeiras dificuldades na medida em que as edições utilizadas, todas elaboradas por especialistas, apresentavam diferentes critérios de transcrição dos textos originais e, ainda, alguns obstáculos à utilização de ferramentas informáticas então disponíveis²⁵². Os progressos técnicos verificados e as soluções encontradas para a informatização dos textos não eliminaram, porém, o elevado número de formas gráficas que muitas palavras apresentam. Por exemplo, o advérbio *alem* apresenta nada mais nada menos do que 14 variantes gráficas - *aalẽ, áalẽ, aaleẽ, aalem, áalem, aalẽm, aalen, áalen, aallẽ, aallem, aallẽm, alem, alende, halem*. Não se justificando a criação de 14 vedetas relativas à mesma palavra, a seleção das variantes que constituem entradas do Dicionário tem de assentar em critérios que, por um lado, facilitem a leitura e a compreensão dos vocábulos das primeiras fases da língua

²⁴⁸Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. E-mail: mf.xavier@fch.unl.pt

²⁴⁹Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. E-mail: mlcrispim@fch.unl.pt

²⁵⁰Projeto coordenado pelas autoras juntamente com João Malaca Casteleiro, Membro da Academia de Ciências de Lisboa e Responsável pelo Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea daquela Academia. A equipa de elaboração dos artigos conta, na atual fase de revisão dos verbetes, com M. Alexandra Fiéis, Investigadora do CLUNL, Miguel Magalhães e Sandro Dias, Bolseiros do MCTES, e entre 2005 e 2010 contou também com João Loureiro, M. de Fátima Martins, Raquel Oliveira e Ricardo Duarte, então Bolseiros do MCTES.

²⁵¹A dimensão do CIPM é, em número de palavras, a seguinte:

	N.º. de palavras
(i) Corpus textual dos sécs. 12, 13 e 13/14	612.613
(ii) Corpus Textual dos sécs. 14, 15 e 16	2.735.303
Total	3.347.916

Ver referências das fontes primárias do DLPM no *site* do CIPM – <http://cipm.fch.unl.pt/>. Neste encontra-se disponível, desde 2001, a maior parte dos textos e, mais recentemente, o Dicionário de Verbos do Português Medieval.

²⁵²Cf. XAVIER, VICENTE & CRISPIM. 1999; 2001.

portuguesa e, por outro, salvaguardando o rigor linguístico, resolvam o conflito entre a diversidade gráfica e a necessidade de alguma economia na escolha das formas que deverão ser vedetas de artigos lexicográficos.

Assim, a conciliação entre a extensa variação gráfica e o princípio de uma razoável economia no número de entradas levou ao estabelecimento de dois tipos de artigos:

- A. Artigos completos que apresentam informação relativa a:
- a. vedeta ou cabeça
 - b. classificação gramatical
 - c. etimologia ou formação morfológica
 - d. aceção/ões
 - e. abonação/ões
 - f. variante(s) quando existe(m)
 - g. remissão/ões para a(s) vedeta(s) da(s) variante(s) quando existe(m)
- B. Artigos reduzidos que apresentam:
- a. vedeta ou cabeça
 - b. classificação gramatical
 - c. abonação/ões
 - d. remissões para a vedeta do artigo completo, assinalada com o sinal mais alceado - + -, e para outra(s) variante(s) quando existe(m)

2. Seleção da forma gráfica que constitui a vedeta

A vedeta de um artigo constitui uma forma abstrata que identifica a palavra definida e é tão próxima quanto possível da forma atual, quando esta existe atestada no corpus textual.

Esta foi a primeira decisão que pode ser considerada problemática, embora a sua adoção vise, por um lado, agrupar as variantes gráficas próximas da forma da vedeta principal, por outro, incluir verbetes de outras variantes graficamente mais distantes ou morfológicamente diferentes, para facilitar a sua consulta no Dicionário.

Com este objetivo e tendo por base a prática frequente e consensual dos editores de textos medievais que optam por edições menos conservadoras, salvaguardando o rigor linguístico, estabeleceram-se as seguintes regras de substituição e supressão sistemática de grafemas para obter alguma regularização de variantes gráficas na constituição das vedetas:

- <ç> antes de <e> ou <i> → <c>
- <s> intervocálico com valor de sibilante surda → <ss>
- <ll> ou <l> com valor de líquida palatal → <lh>
- <n>, <nn> ou <gn> <-h> com valor de nasal palatal → <nh> (alynnador → alinhador)
- <r> intervocálico com valor de vibrante múltipla → <rr>
- <r> intervocálico com valor de vibrante múltipla antecedido de nasal (~, n) → <r>, de acordo com a grafia moderna (honrra → honra)
- <h> com função de marcação de hiato é eliminado;
- <j> ou <y> com valor de vogal ou semi-vogal → <i>
- <i>, <gi> ou <y> com valor de sibilante vozeada palatal → <j>
- <u> com valor consonântico → <v>
- <u> com valor consonântico → , quando o étimo e a forma moderna tiverem b (uure → ubre, do lat. *ubere*, port. actual *úbere*).
- <gu> antes de <a>, <o> → <g> (acessegado → acessegado)
- <v> com valor vocálico → <u>;
- <n> ou <~> representando a nasalação da vogal antes de oclusiva labial ou de hífen → <m>
- <~> ou <m> representando a nasalação da vogal antes de consoante não labial → <n>
- <n>, <m> ou <~> representando a nasalação do ditongo → <~> (absolviçom → absolvição)

- grafemas duplos, iniciais ou internos, com o mesmo valor fonético dos correspondentes simples → grafemas simples

Exemplos:

<ss> em posição inicial de palavra → <s> (sse → se).

<ss> em ataque de sílaba interna depois de consoante → <s> (uerssa → versa).

<rr> intervocálico com valor de vibrante simples → <r> (barroes → barões).

Da aplicação de algumas destas regras resultam, por exemplo, vedetas como:

abastadamente *adv.* (De *abastada* + *mente*). Abastadamente, com abundância [séc. 15 ZPM] & *não soomente deu a elles muy **abastadament**e mantymemto, mas a quãtos com elle hiam, damdo lugar a todos que tomassem quamta çevada lhes prouvesse pera llevar em suas casas, daquella que elle achara no carevo que filhara, & aos fidallgos êcavallgou cada hũ de seu cavallo.*

A forma da vedeta *abastadamente* revela que o <m> da palavra atestada na abonação do artigo foi substituído por <n> pela aplicação da regra:

<~> ou <m> representando a nasalação da vogal antes de consoante não labial → <n>.

Neste caso a forma da vedeta que resultou da aplicação da regra não levanta qualquer problema a quem consulta o Dicionário, porque não só a sua forma gráfica é quase idêntica à forma atestada como a sua localização na ordem alfabética não iria mudar de posição se tivesse mantido o <m> na quinta sílaba da forma atestada no texto.

No entanto, se a aplicação da regra incidir na primeira sílaba e, além disso, se se tratar de uma palavra desconhecida ou pouco comum, a sua procura no Dicionário poderá tornar-se mais demorada, podendo mesmo envolver uma consulta às regras estabelecidas. Por exemplo:

ensequias s. f. pl. [1488 S] *E se suas rriquezas abastã a lhe fazer as **emsequias** e hõrras a elle conuinhauees, tomando enxemplo de Thobias, que antre totalas outras obras de misericordia que de cada dia fazia, era esta, quando quer que achaua alguũs mortos de sua ffe ou que eram seus proximos Cf. **exequia**.*

enxabegue s. m. (Do ár. vulg. *xabbak* ‘barco para pesca com rede’). Xaveco, embarcação utilizada para a pesca [séc.15 ZPM] *Porẽ foy hũa das galles, & com o allaude filharã o mestre & outro homẽ, & seguyndo mais avamte, acharão hũ **emxabegue** cõ pescado & homẽs de dom Fernando de Noronha, que ally emtom estava, & tomarõ delles, & outros fugirã.*

Sendo as vedetas representações abstratas que identificam as palavras definidas, a escolha de cada uma depende das ocorrências presentes no corpus textual. Assim, sempre que no conjunto das variantes atestadas ocorre uma forma igual ou próxima da forma moderna é essa que figura na cabeça do verbete. Todas as variantes, porém, se encontram quer nas abonações quer no registo de variantes apresentadas no fim do artigo ou, ainda, nos artigos reduzidos de variantes alfabeticamente distantes do artigo completo, indicados por Cf., remetendo de uns para os outros. O exemplo seguinte ilustra um artigo completo cuja vedeta tem a forma gráfica equivalente à forma atual:

abade s. m. (Do lat. tard. *abbate*). Abade, superior de um mosteiro ou abadia, sacerdote [séc. 12 DN002] *Noticia de auer que deuen a dar a petro **abade** In palmazianos super uno casal de afonso rodriguez. vij Morabetinos. [1329 HGP009] por todas nossas uozes uendemos & firmemẽte outorgamos para dias de ssempre a uos dõ Fernã Eanez, **abbat** de Ssobrado & ao conuẽto desse méesimo lugar todo quanto herdamẽto nos auemos & auer deuemos [1360 HGP073] Afonso Peres, abbade de Lousada, frey Afonso, d'Anbasmestas, o esmoleyro Fernã Yan(e)s do Uao. Frater Alfonsus, **abbas** de Ursaria. [1500 HGP090] e nos, o dicto señor **abbade** & prior & cõbento, obligamos os bens do dicto noso mosteyro de vos defenderemos a dereito cõ este dicto foro . [1504 Cat] Empero, a algũs **abades** e priores he cõcedido que possam dar primeira tõsura e quatro ordẽs menores . (Var. abaade, abade, abate, abbad, abbade, abbas, abbat). Cf. **habade**, fem. **abadessa**.*

Verifica-se que, neste artigo, o Cf. remete para dois outros artigos: *habade* e *abadessa*.

Com efeito, constituem também vedetas de verbetes as variantes gráficas alfabeticamente distantes (*habade*) e, no caso dos substantivos, os femininos que apresentam alteração do radical ou sufixo diferente de *-a* (*abadessa*). Nestes casos, existe confronto recíproco entre os artigos do substantivo masculino e do feminino:

abadessa *s. f.* (Do lat. tard. *abbatissa*). Abadessa, [...] (Var. [...]). Cf. **habadessa**, masc. **abade**.
abade *s. m.* (Do lat. tard. *abbate*). Abade, [...] (Var. [...]). Cf. **habade**, fem. **abadessa**.

Em **habade**, porque se trata do mesmo vocábulo, temos um artigo reduzido:

habade *s. m.* [1488 S] *O primeyro que alguũs rreçebẽ o abito con esperãça e êtençon de seer habades*. Cf. **abade**⁺, fem. **abadessa**.

No caso de *abadessa*, o verbete é completo:

abadessa *s. f.* (Do lat. tard. *abbatissa*). Abadessa, superiora de um mosteiro ou abadia [1248-1250 CEM077] *E, meus amigos, par Santa Maria, / se madeira nova podess'haver / logu'esta casa iria fazer / e cobri-la; e descobri-la-ia / e revolvê-la, se fosse mester; / e se a mi a abadessa der / madeira nova, esto lhi faria*. [1257 CA022] *E que esto nõ uenha en douida nos dauãdicta **Abbadessa** séelamos esta Carta de nosso séelo en testemoyo deste feyto* . [1484 HGP150] *estando hy a senhor donna Lij□ anor do Rego, **abadesa** do dito mosteyro, & Bij□olante do Rego, prioresa, e Lí□ anor Cardosa e Isabell Aranha e Brijatiz do Rego e Lyanor Çaquota e Isabell d'Azevedo, a dita senhor donna **abadesa** & prioresa e donnas e convento do dito mosteyro per sãõ de canpãa tangijda como he de seu custume, êprazarã & per prazo derã a Afonso Aluarez* (Var. *aabadessa, abadeça, abadesa, abadess, abadessa, ábadessa, abadesse/sic/, abbadessa*). Cf. **habadessa**, masc. **abade**.

Retomando o exemplo do advérbio *alem*, que nos serve também de ilustração, são apresentadas três entradas: uma de artigo completo e duas de artigos reduzidos.

alem *adv.* (Do lat. *ad illinc*). **1.** Além, ponto afastado do locutor e do interlocutor [séc. 13 CSM005] *Mas, quando moveu de Roma por passar **alen**, / leyxou seu irmão e fez y gran seu prazer*. **2** Para lá de [séc. 13 CSM316] *E demais, sen tod' aquesto, mui privad' era del Rei / Don Sancho en aquel tempo; e com' en verdad' achei, / **alen** do rio da vila, assi com' eu apres' ey, / vertudes sse descobriron, e fezeron y altar* [1500 CPVC] *E a **alem** do Rio amdauam mujtos deles damçando E folgando huũs ante outros sem se tomarem pelas mãos E faziam no bem/*. **3.** Para além, mais [1488 S] *Deus ffyel he que nõ consentira que sejaes tentados **alem** do que disse que podees soffrer*. [1504 Cat] *E assi quẽ tever sobejo, scilicet, **aaleẽ** do neçessario pera sua vida e de seus familiares e sobejo **aalẽ** do neçessario pera seu deçete e cõveniẽte estado e de sua familia , he obrigado a socorrer e fazer esmola a quẽ lhe occorre e vee que he posto ã evidẽte, crara e urgẽte necessidade de sua vida e de sua familia , ou de seu estado cõveniẽte e de seus familiares , posto que seja pecador* ◊ **alem desto** "além disto" [1453? LTV] ***Aallem desto** vos & todallas outras podees bem ueer camanha samdiçe he de meteer o corpo & a omrra em despreço de maas línguas & na mão de taaes seruidores cujo seruiço he tal que aquello que uos Juram & prometem de teer segredo nom se podem nem sabem callar* [1489 TC] *Nõ iuraras, disse Ihesu Christo, pelo ceeo que he seeda de Deus nõ pela terra que he trepeça dos seus pees nõ pelo tẽplo que he morada de Deus nem pelo altar dõde ele sta, nõ per a tua cabeça porque nõ podes em ela fazer huũ cabelo negro nõ outro blãco mas quãdo faldes a uossa palaura seia por sy sy , e por nom nom , e o que a **alẽ desto** se acha seer grande pecado he*. ◊ **alem mar** [séc. 13 CSM095] *Como Santa Maria livrou un seu hermitan de prijon / diũs mouros que o levavan a **alen mar**, e nunca se poderon yr / ata que o leixaron*. [séc. 15 CDPI] *Emtom lhe fallou huum mouro por elRei de Graada, dizemdo antre as outras cousas, que bem se poderia defemder delRei Maffoma, (...) e que se sua voomtade era doutra guisa, fosse sua merçee de mandar poer el e os seus **aalem mar** em terra de mouros*. ◊ **parte**⁺ **alem** (Var. *aalẽ, áalẽ, aaleẽ, aalem, áalem, aalẽm, aalen, áalen, aallẽ, aallem, aallẽm, alẽ, aleẽẽ, aleem, alem, alẽm, alen, allẽ, allem, allẽm, allen*). Cf. **alende**, **halem**.

Neste artigo estão preenchidos os seis campos acima referidos. Foi escolhida para vedeta do verbete a forma gráfica que ocorre na atualidade - *alem* -, mas sem acento agudo²⁵³. No entanto, dentro de parênteses curvos são incluídas as variantes desta vedeta que não constituem entrada do Dicionário. No campo dos confrontos estão indicadas as outras duas variantes que constituem artigos autónomos, embora reduzidos. Assim temos:

alende *adv.* (De *alem* + *de*) [séc. 13 CSM006] *O meny' a maravilla er ' apost' e fremoso, / e d' aprender quant' oya era muit' engõoso; / e demais tan ben cantava, tan manss' e tan saboroso, / que vencia quantos eran en ssa terr' e alende.* [1407 HGP133] *a primeyra uoz que nomẽe a segũa uoz & a segũa uoz que nomee a terceyra voz et mays aalende das ditas uozes vynte & noue annos.* (Var. *aalende*, *alende*). Cf. **alem**⁺, **halem**.

A vedeta *alende* foi autonomizada por apresentar uma forma complexa com a junção da preposição *de*; o verbete de *halem* obedece ao critério de autonomizar as variantes graficamente distantes na ordem alfabética daquela que é considerada a vedeta principal assinalada com mais alceado:

halem *adv.* [séc.15 CDJI2] *pasamdo muito tempo halem do termo que se ouverom de pagar, nũca el Rei curou de as mamdar poer em exucuçam, peroo asaaz sobre ello jose requerido.* Cf. **alem**⁺, **alende**.

3. Decisões sobre vogais duplas, nasais e hápax

De entre os diferentes problemas que a elaboração do DLPM tem levantado, alguns apresentam-se como mais particularmente complexos. Estão neste caso ocorrências de formas com vogais duplas, nasalidade e, ainda, hápax.

3.1. Vogais duplas

A variação da grafia das vogais duplas apresenta alguma complexidade dada a origem dessas grafias, a eventual persistência de hiatos resultantes das sínopes de consoantes intervocálicas e, ainda, o eventual valor fonético dos grafemas duplos. Assim, foram mantidas as vogais duplas, iniciais ou internas, quando etimológicas, se, entre as variantes atestadas, não ocorrerem formas com a vogal simples e, também, em todos os casos de dúvida. No exemplo seguinte, de entre as variantes “*aba*, *abãa*, *abaa*” a variante selecionada é a que tem vogal simples na segunda sílaba, correspondendo à forma gráfica atual:

aba *s. f.* (Do lat. *alãpa*-). **1.** Extremidade que se destaca de alguns objetos, prolongando-os [séc. 15 DSG] *E Galvam deceu tanto que o assi viu jazer e foi a ele e erguei-lhe a aba da loriga e meteo-lhe a espada pelo corpo e Erec se estendeu como com coita de morte.* **2.** Parte inferior de uma montanha, sopé [séc. 15 ZPM] *O lugar, todavia, hera fragoso, porque he nas abas da serra, omde morreram tres cavallos.* (Var. *aba*, *abãa*, *abaa*).

No entanto, quando existe uma só ocorrência, a vedeta reproduz a forma atestada mesmo que se presuma que a dupla vogal é meramente gráfica. Por exemplo:

vaadio *adj.* (Do lat. **vagativus*). *Vadio*, sem identificação [séc.15 CDF] *Outrossi mandava que quaaesquer que achassem andar vaadios, chamandosse escudeiros e moços delrrei ou da rrainha e*

²⁵³ Nas vedetas não são incluídos acentos gráficos (agudos, graves e circunflexos), porque não correspondem a acentuações da escrita medieval. Nas abonações foram mantidas as formas com plicas próprias dos manuscritos e conservadas nas edições, mas também acentos gráficos introduzidos por editores.

dos iffantes e de quaaesquer outros senhores, e nom fossem notoriamente conhecidos por seus ou mostrassem certidom como andavom por serviço daquelles cujos se chamavom, que fossem loguo presos

3.2. Nasalidade

O critério pragmático de selecionar para a entrada de um artigo a forma gráfica mais próxima da atual soluciona alguns casos de escolha das vedetas. No entanto, restavam vários problemas cuja resolução levou ao estabelecimento de regras específicas:

- (i) A vedeta do artigo de uma palavra terminada em nasal tem a forma da palavra atestada se esta não apresentar variantes.
- (ii) Se existirem variantes seleciona-se, de entre as formas terminadas em nasal que apresentam alografias (n, m, ~), a que tiver til quando a forma atual tiver til (ainda que num ditongo).

Por exemplo:

acusaçõ s. f. (Do lat. *accusatiōne*-). Acusação, denúncia, incriminação [1280? FR] *Mays se era acusado subre furto ou sobre outra **acusaçõ** de auer, ao acusador E possao demãdar a sseus herdeyros que lho peytê assy como mãda a ley*. [1488 S] *O septimo qual quer que acusar falsamête a outro e por sua **acusaçom** morreo, deue fazer pendença de quorenta dias em pam e augua*. [1504 Cat] *Os procuradores que defendẽ causa injusta, pedẽ falsas dilações, ou se per sua negligencia se perde a causa; os que em qualquer maneira danificã o proximo per foguo, ou em outra maneira em alimarias, agros, ou injustas demandas e **acusações***. (Var. *accusaçõ, acusações, acusaçõ, acusações, acusações, acusaçom, acusaçom, acusações, acusazõ, acussaçom*). Cf. **acusança, acusamento**.

Note-se que este artigo apresenta remissões para outras duas vedetas, as quais, por serem variantes morfológicamente distintas umas das outras que desapareceram do português europeu, têm todas artigos completos confrontados entre si:

acusamento s. m. (De *acusa(r)* + *-mento*). Acusação [1350? CS4] *Do **acusamento** que perteençe aa justica* Cf. **acusaçõ, acusança**.

acusança s. f. (De *acusa(r)* + *-nça*). Acusação [1280? FR] *Se acaeçer que alguu ome acuse outro e fur deytado da **acusãça** per algũa razõ guisada das que mãda a ley, mandamos que o acusado nõ seya porẽ quite do feyto onde era acusado e possao o outro acusar daquel feyto meesmo*. Cf. **acusaçõ, acusamento**.

- (iii) Quando as formas variantes terminam em *a* nasal e *o* nasal seleciona-se aquela que termina em *a* nasal por se considerar que é a forma mais próxima da atual.

Por exemplo:

adivinhaçam s. f. (De *adivinhar* + *-çam*). Adivinhação **1**. Acto de predizer o futuro [1489 TC] *Outrosy os agoyreyros e os adiuinhadores porque toda **adiuinhaçom** per qualquer modo que seia feyta, defesa he, e he maldita de Deus, e da sancta ygreia e apostita*. [séc. 15 LHB] *nam ha agoyro em Jacob nem **adivinhaçam** em Isrraael*. **2**. Adivinha [séc. 15 LHB] *Proponhovos huũa **adivinhaçam** e se a soltardes ate sete dias deste comvite darvoshey sete camissas e outras tamtas sayas; e se a nam adevinhardes dareis vos a mim outras tamtas*. (Var. *adeuinhações, adevinhaçom, adiuinações, adiuinhaçom, adiuinhações, adivinhaçam*). Cf. **adivinha, adivinhaça**.

- (iv) Quando ocorrem apenas formas no plural nasal, a cabeça tem a forma atestada.

Por exemplo:

arlotões *s. pl.* (De *arlot-* + *-ões*). Impostores, patifes [séc. 13 CSM305] *El enton leeu a carta, e ante que lla tornasse / disse-le que lle daria sobr' ela quanto pesasse, / e que esto lle faria, e d' al non sse traballasse / per ren, ca el non amava truães nen arlotões.*

(v) Quando existem formas de plural nasal as mesmas são registadas no campo das variantes.

Por exemplo:

cão² *s. m.* (Do lat. *cane-*). [...] [1280? FR] *Se alguu omẽ matar besta ou alguu gaado alheo a torto ou lhy der ferida per que ualha meos, peyte outra tal a seu dono e a morta ou a ferida seya de quẽ a fferiu, e sobre isto peyte de mays V marauidis de pea a sseu dono da besta e se for besta ou gado mayor, mays se for cã peyte quanto ualer.* [séc. 15 DSG] *Muito há i mester milhor cavaleiro ca vós; e eu, que som o mais nomeado cavaleiro desta terra, andei depós ela mais de XII anos com tantos caes como vós aqui veedes e nunca a pude prender nem matar nem saber mais do que vós sabedes dela.* [...] (Var. *cã, caã, caaens, caaes, caães, cãaes, cãães, caão, cãão, caees, cãees, caens, caes, caês, cães, cães, cam, can, cão*).

3.3. Hápax

Quando um vocábulo ocorre uma única vez no corpus textual e não se encontra em nenhuma obra consultada, podem levantar-se problemas de difícil, ou mesmo impossível, solução. Um dos casos mais flagrantes é o de:

ueriar *v. ? ?* <alguém *ueria* algo> [1214? NT] *Otra uice/?/ uenerũli filar ante seus filios quanto qve li agarũ ã quele casal. E furũli u ueriar e prenderũ ãde o cõlazo unde mamou o lecte e gacarũno e getarũ in terra polo cecar e leuarũ delle quanto oue.*

Nenhum dos editores e medievalistas consultados propôs uma interpretação satisfatória para esta palavra. Neste caso, apenas podemos pôr a hipótese, pelo contexto, de que se trata de um verbo transitivo. De tal modo a forma é estranha que foi decidido apresentar como vedeta do verbete a forma gráfica da ocorrência tal como está apresentada na edição de CINTRA (1990), embora o grafema inicial *u* possa corresponder a [v].

Também para as três palavras seguintes, entre outras, nada foi encontrado, nem nas fontes primárias nem em dicionários, que esclarecesse a sua etimologia e aceção:

albertis *s. m. pl. ?* [séc. 14 CGE] *Mas tamanho era o desamor que este Almycar avya cõ os Romããos, pollo mal grande que delles recebera per vezes, que fez jurar sobre seus albertis/sic/ aaquelle seu filho Anibal, que era o mayor, como quer que era ainda pequeno, que nũca ouvesse paz com eles.*

bilidu *s. m. ?* [séc. 12 DP002] & *per lu seixu de bilidu & parti per la aquam de sakalina/?/ & inde ala Foz du trauazum cumu uaj ala purtela*

bõotades *s. ?* [1414 HGP042] *Item teño en Ponferrada rroupa de cama et arcas et mesas et bõotades et outro exuar de casa.*

Neste último verbete nem o género da palavra se conseguiu determinar com rigor, embora se deva tratar de quaisquer objetos muito familiares.

Apresenta-se a seguir um exemplo de uma palavra sobre a qual não há certeza quer da origem quer da aceção:

broa *s.f.* (Talvez do célt. *bron* 'pão'). Círculo ? [séc.15 ZPM] *Ouve o comde sabedoria como se em Tamger armava hũa galleota &, porque rrecebesse primeiro o dapno que temtasse de o fazer , mamdou armar outra & dous bragamtis, os quaes, partidos da çidade naquella mesma noite, jazẽdo ẽ mea broa do mar em rroda , vyram como vinha hũ carevo de contra Gibralltar & seguya pera Tamgere.*

Se *broa* tiver a origem indicada como provável, com o significado original de pão, é também possível que tenha a significação que consta do verbete. Observamos ainda que, nos Açores, existe um mar chamado “meia-broa” mas sobre a origem do nome continuam apenas as hipóteses²⁵⁴.

No exemplo que se segue, é possível deduzir a formação da palavra mas o significado revela-se problemático, não sendo claro se estamos perante um topónimo ou um tipo de terreno, eventualmente de barro.

bairral *s. m.* (De *bairr-* + *-al*). ? [1472 DN168] *E No testamêto hũa leira E mais outra leira em este lugar no bairrall hũu talho Outro talho no carrill do barrill E na cortinha noua hũa leira Em nouaees hũa leira No mato da ujlla hũa aRotijnha Na aRotea das herdades hũa leira*

Será a palavra abaixo *baruel* ou *barvel*? Será uma arma ou um acessório? Não se tendo encontrado outro contexto nem qualquer referência bibliográfica, manteve-se a grafia da edição e deixou-se o significado interrogado:

baruel *s. m.* (De orig. obs.). Arma? [séc.15 CDJÍ²] *e andamdo o buscamdo trigooso foi ho achar fora da oste loguo açerqua, amtre dous penedos pera esto azados, cõ os joelhos postos em terra e as mãos e os olhos alçados ao ceo, e seu page de mula açerqua cõ a lamça e baruel que trazia.*

E os *biveros* do exemplo abaixo seriam uma arma ou animais perigosos?

biveros *s. m. pl.* ? [séc.14 CGE] *E, depois que este rey foy morto, levantousse outro mouro que avya nome Yhuda Rama Homad Hymar, o qual, pouco tempo ante que reynasse, andava sempre armado con os biveros/sic/.*

A hipótese etimológica aponta para um significado possível da palavra que se segue, mas, sem outras ocorrências, temos de ficar pela incerteza, aguardando posteriores exemplos que clarifiquem o sentido do vocábulo.

basanaria *s. f.* (Talvez de *bazan(a)* | "pele curtida" + *-aria*). Artigos de pele? [1269 CA008] *Item louuamos e outorgamos que todos aqueles ou aquelas que am de uender çapatos. e panos. e peles. e manta. e feltros. & toda outra liteyra ou toda outra basanaria uenha a feyra d'elRey . cada segũda feyra. & se hy non quis ueir cada segũda feyra;*

Em outros casos a palavra é totalmente opaca e nada resta a fazer do que registá-la e fazê-la seguir de ponto de interrogação:

buual ? [1277 DN008] *Conoscã todos aqueles que este estrumêto virẽ e ouuirẽ . que na presença de mj. Giraldeanes Publico Tabaliõ do senhor El Rey de Portugal e do Algarue ã terra de Benuiuer . e na presença das testemoyas depois scriptas Dante Pay martiíz Juiz de Benuiuer . sobre contenda que era antre Steuã diaz dito buual da hua parte. e Sancha periz*

4. Conclusão

Nenhum dicionário geral tem a pretensão de ser completo. A exaustividade está reservada a glossários de textos ou vocabulários especializados. O DLPM participa das

²⁵⁴ “Desde sábado encontra-se ancorado na meia-broa o Veleiro "Blue Marlin", por coincidência (ou não?) na zona dos destroços do navio "Carolina" que se afundou em Setembro 1901. O veleiro "Blue Marlin" com 20 metros de comprimento e 5 metros de boca tem bandeira da Dinamarca”.

Disponível em: <http://portodamadalenablogspot.pt/2013/06/blue-marlin-na-meia-broa.html>. Acesso em: 26, jun, 2013.

características dos glossários textuais pela sua exaustividade e dos dicionários gerais pela extensão e representatividade das suas fontes textuais.

Pela variedade e complexidade acima descritas resumidamente, pode-se verificar que o DLPM representa um novo tipo de dicionário só possível com os recursos informáticos disponíveis. Um aspeto que poderá revelar-se interessante é a dependência do melhoramento e alargamento do Dicionário residir no alargamento do corpus textual²⁵⁵.

Referências Bibliográficas

CINTRA CINTRA, Luís Filipe Lindley. Sobre o mais antigo texto não-literário português: a Notícia de Torto: leitura crítica, data, redacção e comentário linguístico, *Boletim de Filologia*, 31, 21-77,1990.

XAVIER, M. Francisca & M. Lourdes CRISPIM. Das edições impressas às versões digitalizadas de textos medievais. O caso do CIPM. In: DUARTE, Inês & CASTRO, Ivo (eds) *Razão e Emoção. Miscelânea de Estudos Oferecida a Maria Helena Mateus pela sua Jubilação*. Vol II, Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001. 437-452.

XAVIER, M. Francisca VICENTE, M. da Graça & CRISPIM, M. de Lourdes (Orgs). *Dicionário de Verbos Portugueses do Século 13*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 1999.

XAVIER, M. Francisca VICENTE, M. da Graça & CRISPIM, M. de Lourdes (Orgs). *Dicionário de Verbos Portugueses dos Séculos 12 e 13*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 2001.

XAVIER, M. Francisca VICENTE, M. da Graça & CRISPIM, M. de Lourdes (Orgs). *Dicionário de Verbos Portugueses dos Séculos 12 a 16*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa, 2010. <http://cipm.fcsh.unl.pt/>

²⁵⁵ A Fundação para a Ciência e a Tecnologia do Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior de Portugal tem financiado este projeto.

AS CONSTRUÇÕES DENOMINATIVAS NA DIACRONIA DO PORTUGUÊS: ENTRE O ATIVO, O PASSIVO E O ESTATIVO

Gilcéia de MENEZES DA SILVA (FFLCH - USP)²⁵⁶
Maria Clara PAIXÃO DE SOUSA (FFLCH – USP)²⁵⁷

Resumo: Neste trabalho discutiremos os aspectos sintáticos e semânticos das denominativas com CHAMAR-SE, em narrativas dos séculos XV a XVII, com o intuito de explicar as mudanças gramaticais nas denominativas a partir do século XVI, quando o verbo CHAMAR passou a ser principal predicador denominativo. Dentre elas, analisaremos a reanálise diacrônica do CHAMAR transitivo, em construções do tipo [X CHAMA Y Z] para o CHAMAR estativo, [Y SE CHAMA Z] no PE atual e [Y CHAMA-(SE) Z], no PB. Baseando-se nas mudanças gerais ocorridas na gramática do PM, mostraremos que essas construções com CHAMAR-SE, no PM, são construções ativas com SE-indeterminado.

Palavras-chave: Português Médio, Valência Verbal, Verbo CHAMAR, Se-Passivo, Reanálise diacrônica.

1. Introdução

Este artigo pretende descrever a estrutura sintática das construções denominativas com CHAMAR-SE, buscando assim compreender as mudanças gramaticais pelas quais as construções denominativas passaram no século XVI, principalmente no que diz respeito as construções com CHAMAR-SE. Nos estágios atuais do português, as construções com CHAMAR-SE apresentam uma semântica estativa, significando *possuir, ter um nome*.

(1)

- (a) Ela chama-se Maria (PE)
- (b) Ela se chama Maria (PB)
- (c) Ela chama Maria (PB)

No entanto, o predicador CHAMAR nem sempre foi o principal predicador das denominativas. No início do século XV, como mostrou MENEZES DA SILVA (2010), as construções denominativas passavam por mudanças significativas, o verbo CHAMAR estava se tornando o principal predicador em substituição aos outros predicadores, até então mais frequentes, tais como DAR (nome), PÔR (nome), DIZER (por nome), NOMEAR, GANHAR (nome), LEVAR (nome), TOMAR (nome), FICAR (com nome) Já as construções arcaicas do tipo HAVER (nome) foram substituídas pelas construções com CHAMAR-SE.

Devido as características da gramática do Português Médio (doravante PM), na qual o constituinte discursivamente mais importante ocupava uma posição de proeminência à esquerda do verbo, e o sujeito Agente era predominantemente nulo, houve assim uma mudança no padrão de ocorrência dos argumentos de CHAMAR nas denominativas o que acarretou em mudanças na valência do verbo, passando de três [X chama Y Z] para dois [Y

256 Aluna de Doutorado do Programa de Pós -graduação da Universidade de São Paulo , Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas , Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas , São Paulo , SP – Brasil. E-mail: gilceliabr@gmail.com

257 Professora Doutora Titular da Universidade de São Paulo , Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, SP – Brasil. E-mail: mariaclara@usp.br

chama Z]. Mais especificadamente, a mudança na valência do verbo produziu uma reanálise de CHAMAR transitivo [*alguém atribui a alguém uma designação*] para o CHAMAR estativo [*alguém tem uma designação, um nome*].

Para entender como se deu essa reanálise de CHAMAR transitivo para o CHAMAR estativo é necessário, primeiramente entender as construções com CHAMAR-SE no PM, ou seja, analisar que tipo de estruturas são essas, se são estruturas estativas ou estruturas transitivas, passivas ou ativas e para tal análise é essencial saber qual o estatuto do SE nessas construções com CHAMAR-SE no PM. É justamente o estatuto do clítico SE nas denominativas do PM que pretendemos abordar no presente artigo.

2. As denominativas na diacronia do Português

No século XIV, as estruturas denominativas podiam trazer outros predicadores diferentes do verbo CHAMAR. Tais predicadores foram sendo substituídos nos séculos seguintes, o que acarretou na promoção do verbo CHAMAR neste tipo de construção. A partir do século XVI, ou seja, no PM, o CHAMAR, já está consolidado como principal predicador denominativo e passará por alterações na sua estrutura argumental, sofrendo uma redução na sua valência de três para dois (cf. MENEZES DA SILVA, 2010).

(2) Exemplos de construções denominativas nos séculos XIV, XV e XVI:

Século XIV: (a) Em aquella sazom, avya em Castella e em Allava hum mancebo dos mais nobres do reyno e dezianlhe per nome Vella. {CGE}²⁵⁸

(b) E assy se tornou com hum escud(ey)ro que avia nome Lopo Vazq(ue)z. {CGE}

Século XV: (c) E foy ally logo morto hum escud(ey)ro de dom Samcho que se chamava Joham G(omça)ll(ve)z (...) {ZPM}²⁵⁹

Século XVI: (d) A êstes homens se deve a glória deste descubrimento, posto que Marco Polo Veneto tinha dado a conhecer estas Ilhas muito primeiro, chamando-lhes Zipango (...) {*Décadas* - Diogo do Couto}

2.1. A Gramática do Português Médio e o padrão das denominativas com CHAMAR

Em MENEZES DA SILVA (2010) e em MENEZES DA SILVA & PAIXÃO DE SOUSA (2010) demonstrou-se que no século XVI, o principal padrão de ocorrência dos argumentos de CHAMAR nas denominativas acompanhava as características da Gramática do Português Médio. Essas características consistiam basicamente em (i) uma alta incidência de sujeitos nulos; (ii) havia uma posição imediata de proeminência à esquerda do verbo, que podia ser ocupada por qualquer constituinte discursivamente mais importante, inclusive o sujeito e (iii) os sujeitos eram pós-verbal e estavam fortemente associados ao papel temático Agente. Dessa forma, a ordem padrão no PM era **(X)VS**, onde (X) era a posição para o constituinte em destaque no discurso, um tópico ou um foco, uma vez que a ordem era flexível e expressava a organização discursiva da frase. Assim, quando o sujeito e o tópico não eram representados pelo mesmo constituinte, preservava-se a ordem Tópico-Comentário, ou seja, [TOP V S], conforme PAIXÃO DE SOUSA (2008; 2008b; 2009; 2009b).

Dessa maneira, as construções denominativas com o predicador CHAMAR no PM apresentavam as mesmas características da Gramática do PM, uma vez que o seu principal padrão de ocorrência dos argumentos era **[Y V S Z]**, no qual o argumento com papel temático

258 Crónica Geral de Espanha de 1344. Corpus disponível na internet através do seguinte endereço: <http://cipm.fcsh.unl.pt/>.

259 Crónica do Conde D. Pedro de Menezes. Também disponível no endereço: <http://cipm.fcsh.unl.pt/>.

de *Designando* (Y)²⁶⁰, entidade que recebe uma denominação, ocorria em posição *pré-verbal*; o argumento com papel temático de *Denominação* (Z), a denominação dada, em posição *pós-verbal*, enquanto o argumento com papel temático de *Agente* (S) era predominantemente nulo. No caso das denominativas com CHAMAR, a proeminência recaía sobretudo no Designando (Y), como nos exemplos em (3a) e (3b) abaixo. Apesar de [Y chama S Z] ser o principal padrão, a ordem [S Y chama Z] também podia ocorrer, conforme vemos em (3c), dando evidências de uma ordem flexível na qual qualquer constituinte podia ser topicalizado a depender da sua importância discursiva no contexto.

(3) Principal Padrão: Y V S Z - com o Designando (Y) topicalizado

(a) e [este atabaque]-Y [chamaõ]-V [elles]-S [picha]-Z (...) {CRB}²⁶¹

(b) [A esta fruta]-Y chamam [-]-S [Ananázes]-Z {Gandavo}

Padrão [S Y V Z] – com o S topicalizado.

(c) [Os índios da terra]-S [lhe]-Y chamam em sua língua [Hipupiára]-Z, que quer dizer demônio d'água. {Gandavo}

O padrão [Y chama S Z] das denominativas com o predicador CHAMAR no PM, no qual o Designando (Y) aparecia frequentemente topicalizado, juntamente com a supressão do argumento Agente, como defende PAIXÃO DE SOUSA (2012) para outros verbos, nos parecer ter acarretado uma reanálise diacrônica nestas construções, fazendo emergir, assim, a construção estativa [Y chama-se Z] - *Ela chama-se Maria*- no Português Europeu (PE) e [Y se chama Z] e [Y chama Z] - *Ela se chama Maria*, e *Ela chama Maria*, no Português Brasileiro (PB). Diante disso, procuramos aqui discutir como se deu a reanálise de CHAMAR transitivo para o CHAMAR estativo. Nesse contexto, torna-se particularmente interessante analisar as denominativas com CHAMAR-SE, para sabermos que tipo de estruturas são essas no PM, e em que momento na história da língua as estruturas transitivas do tipo [Y chama (S - nulo) Z] passaram a ser interpretadas como [Y chama Z], com Y sendo o sujeito.

3. As construções denominativas com CHAMAR-SE: entre o se-passivo e o se-nominativo

Atualmente, a maioria das pesquisas sobre as construções com SE que possuem como base teórica o modelo gerativo de análise (MANZINI, 1986; CINQUE, 1988; DOBROVIE-SORIN, 1998; MATEUS et al., 2003; CYRINO, 2007) consideram como ponto crucial para diferenciar o *se-passivo* do *se-indefinido* a concordância entre o verbo e o DP argumento interno (CAVALCANTE, 2011).

Estes trabalhos postulam que em construções do tipo *Vendem-se salsichas*, nas quais ocorre a concordância entre o verbo e o DP argumento interno, o SE é considerado como um morfema de passiva que absorve o Caso Acusativo do verbo. Portanto, essas construções se assemelham às construções inacusativas, nas quais o verbo fica impossibilitado de atribuir o Caso Acusativo para seu argumento interno, por isso, o DP argumento interno recebe o Caso Nominativo. Este DP argumento interno irá ocupar uma posição de sujeito [Spec, T] ou estará associada a ela através de um expletivo nulo com o qual forma uma cadeia. Dessa maneira, construções com concordância são analisadas como construções passivas (MATEUS e al., 2003).

Já as construções que não apresentam concordância do tipo *Vende-se salsichas*, são

260 Entendemos que as construções denominativas no PM são semelhantes sintática e semanticamente às construções de Designação, com os verbos CHAMAR, XINGAR, BATIZAR, ROTULAR, APELIDAR, postuladas por Perini (2008, p.382) em seu catálogo de construções do Português. Por tal razão, adotamos, nas denominativas do PM, os mesmos papéis temáticos adotados pelo autor para estas construções.

261 Chronica dos Reis de Bisnaga, disponível em: <http://cipm.fcsh.unl.pt/>.

analisadas como sentenças ativas, nas quais o SE é o argumento externo do verbo, e possui referência arbitrária podendo ser substituído por “alguém” [*Alguém vende salsichas*]. Nessas construções, o verbo distribui normalmente os seus papéis temáticos, o clítico SE recebe o Caso Nominativo e o DP argumento interno recebe o caso Acusativo. A concordância se dá entre o SE e o verbo e não entre o DP argumento interno e o verbo, como no caso das passivas (CAVALCANTE, 2006). Entretanto, existem autores, RAPOSO & URIAGEREKA (1996), MARTINS (2003) e CAVALCANTE (2011) que propõem outras análises para as construções com SE, nas quais a interpretação do SE não é de *se-passivo*, e sim de *se-indefinido* e/ou *se-recíproco*.

3.1. Outras análises para as construções com SE

De acordo com RAPOSO & URIAGEREKA (1996), as construções com SE, com verbos transitivos e com concordância entre o verbo e DP argumento interno plural como em (4a), (4b) e (4c) abaixo, não são construções passivas e sim construções ativas com *SE-indefinido*. Os autores argumentam que nesse tipo de construção, o DP argumento interno **não está** na posição sujeito [Spec, T], nem está ligado a um expletivo nulo. Como as construções com concordância do tipo (4d), elas são construções ativas. A diferença entre elas se dá pelo estatuto do SE. Em (4a), (4b) e (4c) os autores postulam que existe um *se-indefinido*, e em (4d), o SE é um *se-genérico*. Mas em nenhuma delas há o *se-passivo*.

(4)

- a) Ontem compraram-se demasiadas salsichas.
- b) Vendem-se salsichas no talho Sanzot.
- c) Salsichas, vendem-se no talho Sanzot.
- d) Compra-se sempre salsichas no talho Sanzot.

RAPOSO & URIAGEREKA (1996) postulam que o DP argumento interno quando movido de sua posição de objeto não irá ocupar a posição de sujeito [Spec, T], e sim uma posição na periferia esquerda da sentença. Esta posição seria a de especificador do núcleo F(orce) - [Spec, F], um núcleo “*responsável por codificar a estrutura de informação da sentença: tópico, foco, ênfase, contraste, etc.*” (apud CAVALCANTE, 2011, p. 7). O [Spec, F] é uma posição de tópico, e “*o constituinte que se move para [Spec, FP] tem que checar traços relacionados à força ilocucionária da sentença*” (apud CAVALCANTE, 2011, p. 7), portanto, o DP argumento interno que ocupa essa posição irá se comportar como tópico e não como sujeito. Vejamos a análise que os autores trazem para as sentenças em (5a) e (5b) abaixo:

(5)

- a) Os especialistas consultaram-se durante a operação.
- b) Em que momento da operação os especialistas se consultaram?

De acordo com RAPOSO & URIAGEREKA (1996), em (5a) temos uma ambiguidade, pois há duas interpretações possíveis porque (i) o DP [os especialistas] possui o traço [+humano] e (ii) existem duas posições possíveis para este DP. Uma delas é a posição de sujeito [Spec, T] que possibilita a interpretação com *se-recíproco* (6a). A outra interpretação possível é obtida quando o DP [os especialistas] ocupa a posição de tópico [Spec, F] e o SE, a posição de sujeito [Spec, T] que nos dá a interpretação com *se-indefinido* em (6b):

(6)

- a) Recíproco: [TP Os especialistas consultaram-se durante a operação].
 b) Indefinido: [FP Os especialistas][TP SE consultaram durante a operação].

Em (5b) [*Em que momento da operação os especialistas se consultaram?*], a ambiguidade desaparece, uma vez que o PP [em que momento] já está ocupando a posição mais à esquerda, a posição de tópico [Spec, F], fazendo com o DP [os especialistas] ocupe o [Spec, T], portanto permitindo uma única leitura, a recíproca, ou seja, com o *se-recíproco*, conforme se mostra em (7):

(7)

[FP Em que momento da operação] [TP os especialistas se consultaram?]

Para explicar como se dá a concordância entre o verbo e seu argumento interno plural RAPOSO & URIAGEREKA (1996) postulam que o SE é um “DP mínimo” que possui traços semânticos reduzidos [humano], [indefinido]. Como o PRO, o SE checa o traço D de T e recebe Caso Nulo. Com a postulação do núcleo Force (FP), o PE dispõem de duas posições para checar o Caso Nominativo, o [Spec, T] e [Spec, F]. É no [Spec, F] que o DP argumento interno checa o Caso Nominativo. Assim, o elemento que ocupa a posição de [Spec, T] nas construções com concordância, é o *se-indefinido*, como o *se-genérico* das construções sem concordância. E em sentenças em que o DP não é movido para o [Spec, F], os seus traços vão checar o Caso Nominativo em [Spec, F], ou seja, “*movido ou in situ*, o DP checa o Caso Nominativo em [Spec, F] e não em [Spec, T]” (CAVALCANTE, 2011, p. 9).

Outro trabalho sobre as construções com SE que corrobora com a análise de RAPOSO & URIAGEREKA (1996) é o de CAVALCANTE (2011). A autora realizou uma análise quantitativa em textos do Corpus Tycho Brahe de autores nascidos entre os séculos XVI e XIX para observar o comportamento dos DPs sujeitos tanto das construções ativas quanto das passivas analíticas e comparou estes DPs com o dos DPs argumentos internos das construções com SE. Os resultados obtidos pela autora mostram que os DPs argumentos internos das construções com SE se comportaram na diacronia como objetos e não como sujeitos. Toda a mudança gramatical que aconteceu com os sujeitos tanto das ativas como das passivas analíticas não afetou os DPs argumento internos das construções com SE. Para a autora, o *se-passivo* transforma-se em *se-indefinido* no PE após o século XVIII, justamente “*por não ser mais possível a expressão do argumento externo do verbo como um PP agente da passiva*” nas construções com *se* (CAVALCANTE, 2006; 2011).

Essas análises, diferente das análises que tratam as construções com SE com concordância entre o verbo e o DP argumento interno como passivas, conseguem explicar melhor as diferenças empíricas quando postulam que o SE ocupa a posição de sujeito, e portanto essas construções são estruturas ativas semelhantes às construções sem concordância (CAVALCANTE, 2006; 2011).

3.2. As construções com CHAMAR-SE no PM

Os trabalhos de RAPOSO & URIAGEREKA (1996), CAVALCANTE (2006; 2011) sobre as construções com SE, acrescidos dos estudos de PAIXÃO DE SOUSA (2008; 2008b; 2009; 2009b) sobre a Gramática do PM, explicitados acima, serviram de base para a nossa descrição da estrutura gramatical das construções com CHAMAR-SE no PM do tipo [Y V-se Z] [Y seV Z] e [V-se Z].

Ao nosso ver, as construções com CHAMAR-SE no PM são construções ativas, e o estatuto do SE nessas construções é de *se-indefinido*. A posição de tópico [Spec, F] à esquerda da sentença postulado por RAPOSO & URIAGEREKA (1996), nas denominativas com

CHAMAR-SE coincide com a posição imediata à esquerda do verbo presente na Gramática do PM. As construções como as exemplificadas em (9), o Designando (Y), com o traço [-humano] ocupa essa posição de tópico, ou seja, o [Spec, F]- o especificador do núcleo F (Force). Nessa posição, ainda segundo RAPOSO & URIAGEREKA (1996), o Designando (Y) checa o Caso Nominativo, enquanto o SE ocupa a posição de sujeito, o [Spec, T] e checa o Caso Nulo.

(9)
)

- a) [FP A segunda capitania que a diante se segue] [TP se chama Paranambuco]: a qual conquistou Duarte Coelho, e edificou sua **principal povoação** em um alto à vista do mar, que está cinco léguas desta ilha de Tamaracá, em altura de oito graus. {Gandavo}
- b) [FP A raiz] [TP se chama Mandioca], e a planta de que se gera é da altura de um homem pouco mais ou menos. {Gandavo}
- c) e [FP hũa destas fortallezas] [TP se chama Odigair] {CRB}
- d) [FP Esta Vila] [TP se chamava antigamente Cabilycrasto] {Duarte Galvão}

Em construções do tipo [V-se Z] como em (10a) nas quais o Designando (Y) aparece nulo, este argumento interno, na verdade, é um tópico contrastivo que está expresso na sentença anterior (10b), ocupa a posição [Spec, F] e checa o Caso Nominativo. O SE irá ocupar a posição [Spec, T] e checar o Caso Nulo, e assim continuamos a ter uma estrutura ativa com *se-indefinido*.

(10)

- a) (Y) **Chama-se Olinda**, é uma das mais nobres e populosas vilas que há nestas partes.
- b) A segunda capitania que a diante se segue se chama Paranambuco: a qual conquistou Duarte Coelho, [e edificou sua **FP principal povoação em um alto à vista do mar, que está cinco léguas desta ilha de Tamaracá, em altura de oito graus**]. [TP Chama-se Olinda], é uma das mais nobres e populosas vilas que há nestas partes.
[FP A principal povoação (...)] [TP se chama Olinda]

Já em sentenças do tipo [Y chama-se Z] onde o Designando (Y) possui o traço [+humano], há duas posições possíveis para esse DP argumento interno, produzindo assim casos de ambiguidade com *se-indefinido ou se-recíproco*. O Designando (Y) pode ocupar a posição de sujeito, o [Spec, T], produzindo a interpretação do SE como *se-recíproco*. Mas o Designando (Y) pode também ocupar a posição de tópico, o [Spec, F], o que nos dá a leitura do *se-indefinido*, conforme explicitado em (11):

(11)

- a) e [ela]-Y se chamasse Rainha;
Recíproco: [TP **ela** se chamasse Rainha;].
Indefinido: [FP **ela**][TP se chamasse Rainha;].
- b) E, enterrado el rey, logo [os filhos]-Y se chamarõ reys (...)
Recíproco: [TP **os filhos** se chamarõ reys].
Indefinido: [FP **os filhos**][TP se chamarõ reys]

Uma evidência para a postulação da existência de uma posição de tópico na periferia esquerda da sentença e que está sendo ocupada pelo argumento interno Designando (Y) é quando esta posição de tópico [Spec, F] está preenchida, ou por um sintagma topicalizado que não seja o Designando Y, ou por um complementarizador, a ordem se altera.

(12)

a) (...) esto porque [em grego]-**PP** [**se**]-**S** chama [este planeta]-**Y** [Cronõ ou Cronos]-**Z**

Onde: esto porque [**FP** em grego] [**TP** se chama este planeta Cronõ ou Cronos]

b) (...) e [assi]-**Z** [**se**]-**S** chamava [esta dona Tareyja]-**Y**.

Onde: (...) e [**FP** assi] [**TP** se chamava esta dona Tareyja].

4. E as passivas no Português Médio?

As construções denominativas com CHAMAR que podemos considerar como verdadeiras passivas são as construções do tipo atualmente chamadas de passivas analíticas, com a presença do verbo SER recebendo as flexões verbais. Nessas sentenças, a expressão do agente da passiva é facultativo.

(13)

a) Em aquelle tempo era costume que todallas filhas dos reis eram chamadas raynhas e assi se chamava esta dona Tareyja.

b) (...) a quall torre emtaõ hera chamada de Madraba &, pella muyta comtinuação que aquelle fidallgo ally cõtinuo, omde fez açaz homrrosos feitos em armas, chamarom aaquella torre d'Allv(a)ro Memdez, como se ymda oje chama.

5. Considerações Finais

Neste trabalho mostramos que as construções denominativas com CHAMAR-SE no PM não podem ser analisadas como estruturas passivas, de acordo com o padrão de concordância entre o verbo e o seu DP argumento interno.

Em MENEZES DA SILVA & PAIXÃO DE SOUSA (2010) mostramos que as construções com CHAMAR possuem certas características peculiares que acabaram por acarretar, no século XVI, uma mudança de valência no verbo, mudança essa que também ocorreu com outros verbos no PM, tais como CASAR, conforme PAIXÃO DE SOUSA (2008; 2008b; 2009; 2009b)

Em primeiro lugar, até o século XVI as construções denominativas traziam outros predicadores diferentes do CHAMAR que foram sendo substituídos ao longo do tempo. No PM o CHAMAR já havia se tornado o principal predicador denominativo, sendo um predicador de valência três: *S chama Y Z*, onde Y e Z são os argumentos internos com os papéis temáticos de Designando e Designação respectivamente. Essas estruturas denominativas apresentavam, no PM, o seguinte padrão de expressão dos seus argumentos: [**Y V S Z**], com o Designando (Y) topicalizado e Sujeito Agente frequentemente nulo, padrões estes completamente adequados às características da estrutural frasal do PM. PAIXÃO DE SOUSA (2008; 2008b; 2009; 2009b) postula que a Gramática do PM possui uma posição na periferia esquerda do verbo para a qual se move os constituintes discursivamente mais importantes, uma alta incidência de sujeitos nulos e a posição do sujeito era predominantemente pós-verbal. Todas essas características foram observadas nas denominativas com CHAMAR no PM.

Entendemos que a posição de proeminência à esquerda do verbo da Gramática do PM se assemelha a posição de tópico também na periferia esquerda da sentença postulada por RAPOSO & URIAGEREKA (1996) e formalizada pelo núcleo F (Force). Dessa forma, com padrão [**Y chama S Z**] temos o Designando (Y) topicalizado ocupando a posição de tópico na periferia esquerda da sentença. Essa ordem padrão apresentada pelas construções denominativas com CHAMAR associada a grande frequência de sujeitos nulos acabaram por acarretar em uma diminuição de valência do predicador CHAMAR, uma vez que o Designando (Y), em algum momento na diacronia, passa a ser interpretado como o sujeito da sentença,

fazendo surgir as estruturas estativas do tipo **[Y chama (se) Z]** que trazem como significado “*alguém tem uma denominação, um nome*”.

Para compreendermos como se deu essa mudança do CHAMAR transitivo para o CHAMAR estativo é crucial entendermos a estrutura das construções com CHAMAR-SE no PM. Assim, analisamos as construções com CHAMAR-SE no PM associando o principal padrão de ocorrência dos argumentos do predicador CHAMAR com as características da Gramática do PM. Além disso, entendemos que algumas das características dessa Gramática, como a existência de uma posição de tópico na periferia esquerda do verbo, se identificam com a posição, também de tópico, formulada por RAPOSO & URIAGEREKA (1996)([Spec, F]) em sua análise das construções com SE no PE.

Dessa forma, entendemos que as construções com CHAMAR-SE do tipo **[Y chama -se Z]** e **[V-se Z]**, com *Y nulo*, presentes no PM, conforme RAPOSO & URIAGEREKA (1996) e CAVALCANTE (2006; 2011) são construções ativas com *se-indefinido*, nas quais o Designando (Y) está ocupando a posição de tópico [Spec, F] e o clítico SE é um argumento do verbo e ocupa a posição de sujeito [Spec, T], possuindo uma referência arbitrária.

Mostramos algumas evidências para fundamentar nossa análise, dentre elas, a mudança na ordem padrão dessas sentenças de **[Y chama-se Z]** para **[X se chama Y Z]** ou **[Z se chama Y]**, quando a posição de tópico [Spec, F] está sendo preenchida por um outro sintagma topicalizado e diferente do Designando (Y).

Assim, defendemos que as estruturas do tipo **[Y chama-se Z]** no PM são semanticamente diferentes das estruturas **[Y chama-se Z]** e **[Y chama (se) Z]** presentes no PE e PB atuais, pois são estruturas ativas, nas quais alguém atribui uma denominação a alguém ou a algo, diferente da semântica das estativas na qual alguém tem ou possui uma denominação. Resta-nos, em pesquisas futuras, examinar os séculos seguintes para descrever de forma mais apurada como se deu a reanálise do CHAMAR transitivo para o CHAMAR estativo presente atualmente nas duas variantes do português, o Português Europeu e o Português Brasileiro.

Referências Bibliográficas

CAVALCANTE, S. R. O. O uso de SE com infinitivo na história do Português: do Português Clássico ao Português Europeu e Brasileiro modernos. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - IEL/ Unicamp, Campinas, 2006.

_____. (2011) O se-passivo é passivo? Revisitando as construções com SE na história do Português. Disponível em: <http://academia.edu/617565>. Acesso em: 19, jun., 2013.

MATEUS, M. H. M. et al.. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

MARTINS, A. M. Construções com se: mudança e variação no português europeu. Em *Razões e Emoções: Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*, ed. Ivo Castro e Inês Duarte, volume 2, 163–178. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2003.

MENEZES DA SILVA, G.. A Valência do Predicador CHAMAR na Diacronia do Português. Dissertação (Mestrado em Linguística) – IEL/Unicamp, Campinas, 2010.

_____. & PAIXÃO DE SOUSA, M. C. A diacronia do verbo CHAMAR e a proeminência à esquerda no português. In: *Anais do II SIMELP*, Évora, 2009. Disponível em: <http://www.simelp2009.uevora.pt/pdf/slg38/01.pdf>. Acesso em 10, abr., 2013.

PAIXÃO DE SOUSA, M.C. (2008). “Valências Verbais no Português Clássico” . Relatório de Pesquisa de Pós-doutorado.

_____. (2008b). Proeminência a esquerda na diacronia do Português : inovação e continuidade. Comunicação ao XV ALFAL - Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina (Romania Nova), 2008, Montevideu. Libro de Resúmenes, Montevideu: Imprenta Gega, 2008. v.1. p. 332-333.

_____. (2009). A Língua Portuguesa , 1400 a 1600: Aspectos de História e Gramática . Projeto de Pesquisa.

_____. (2009b). “A Expressão dos Sujeitos no Português Clássico e no Português Brasileiro: Hipótese para uma reanálise gramatical” . I Congresso Internacional de Lingüística Histórica – Rosae. Salvador, julho de 2009.

_____. Tópicos, Sujeitos e Agentes no Português Médio e no Português Brasileiro: Hipóteses para uma Mudança Gramatical. In: II Congresso Internacional de Lingüística Histórica - Castilho, 2012, São Paulo. Resumos, fevereiro de 2012.

PERINI, M. A. *Estudos de Gramática Descritiva: As Valencias Verbais*. São Paulo: Parábola, 2008.

RAPOSO & URIAGEREKA, J. (1996) Indefinite SE. *Natural Language and Linguistic Theory* :749–810.

INVESTIGAÇÃO LEXICAL A PARTIR DE MANUSCRITOS E IMPRESSO DO SÉCULO XVI

Rejane CENTURION (UNEMAT/USP)²⁶²

Resumo: Pelo presente artigo, pretende-se divulgar alguns dos resultados analíticos alcançados a respeito da investigação de léxico do século XVI, a partir da *Historia da Prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*. Utilizou-se o programa de estatística textual “Léxico 3” para realizar o levantamento das unidades lexicais e mobilizou-se a teoria dos campos lexicais para descrevê-las. A partir de um campo léxico determinado, tratou-se de sua constituição, e das abonações e semas distintivos das unidades constituintes. Ao final, concluiu-se que a investigação lexical pode contribuir muito para a compreensão de fatos não só da linguagem, mas também da história.

Palavras-chave: História da província Santa Cruz. Unidades Lexicais. Campo Léxico. Nomeação. Nativo

1. Palavras iniciais

O interesse pela investigação do léxico de uma língua acompanha pesquisadores há tempos. O conceito de palavra (a unidade operacional básica do estudo lexical), especificamente, divide opiniões e delimita linhas de investigação. Constituído como um conjunto “aberto”, no léxico se encontra a riqueza “livre” da língua:

Como a língua está em perpétuo movimento, seu caráter de inacabado e de devir está sempre presente, sobretudo no léxico, visto que essa é a parte do sistema linguístico mais suscetível a mudanças por constituir um conjunto aberto [...] formado por unidades extremamente heterogêneas (BIDERMAN, 1999, p. 96).

Nesse sentido, pretendeu-se, nesta pesquisa, investigar o conteúdo lexical a partir de um *corpus* elaborado no século XVI, com o objetivo de dar a conhecer o processo de nomeação do colonizador frente ao “novo mundo” que se lhe apresenta. O texto selecionado é considerado o primeiro a tratar da história do Brasil – *Historia da Prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*, de Pero de Magalhães de Gândavo.

Inicialmente, serão discutidos pressupostos teóricos acerca do léxico, a partir de Alves (1999), Biderman (1998, 1999), Coseriu (1977) e Pottier (1974). A amostragem analítica tomará como referência um determinado campo lexical, discutindo-se sua constituição, abonações e semas distintivos. Nas considerações finais, será apontada a contribuição de um estudo léxico estrutural junto aos estudos da linguagem.

2. Léxico: pressupostos teóricos

Desenvolver uma pesquisa que tome como um dos objetivos a investigação do léxico é esbarrar, de início, num problema linguístico que vem a ser a conceituação de palavra. Biderman (1999, p. 82) acredita que “o conceito de palavra não pode ter um valor absoluto;

²⁶² Professora de Língua Portuguesa na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Brasil, e doutoranda pelo programa de pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo (USP), Brasil. *E-mail*: rejanecenturion@usp.br

ele é relativo e varia de língua para língua. [...] essa unidade psicolinguística se materializa, no discurso, com uma inegável individualidade”, não sendo possível defini-la de modo universal. Para ela, seus contornos formais situam-se entre o morfema e o sintagma – a unidade mínima gramatical significativa e a unidade sintagmática maior. Dessa forma, apenas no interior da língua é possível proceder à identificação, delimitação e conceituação da unidade léxica.

O léxico é um dos módulos componentes do sistema abstrato que é a língua (o outro é a gramática). A palavra, portanto, é um elemento permanente da língua, diferentemente do vocabulário, relacionado às realizações discursivas, aos atos de linguagem efêmeros, o que implica numa operação não tão simples: “a segmentação do discurso em vocábulos supõe a identificação das unidades léxicas no plano da língua” (BIDERMAN, 1999, p. 88), a qual aponta, por sua vez, a um problema crucial da Lexicologia, que vem a ser a definição dos fatores determinantes de uma unidade lexical e sua configuração e definição.

Em relação à terminologia, a autora esclarece algumas definições no sentido de evitar equívocos haja vista termos como palavra e vocábulo serem usuais na linguagem comum. Ambas, segundo ela, são usadas para as realizações discursivas, no entanto, destaca que é preciso designar diferentemente as unidades do sistema e do discurso quando a língua estiver sendo tratada cientificamente. Para a unidade lexical abstrata, tem-se o termo *lexema* para as unidades virtuais que compõem o léxico, e *lema* para sua representação canônica no dicionário. Consequentemente, léxico vem a ser “o conjunto abstrato das unidades lexicais da língua”; e vocabulário, “o conjunto das realizações discursivas dessas mesmas unidades” (BIDERMAN, 1999, p. 88). Por outro lado, levando-se em consideração o plano das realizações discursivas, qualquer sequência significativa será chamada indistintamente de palavra ou vocábulo; *lexema* ou *lema*, a unidade denominativa para um conjunto de formas flexionadas que compõem um paradigma; e *lema*, a entrada canônica nos dicionários. A autora acredita que a utilização dos termos técnicos evitaria ambiguidades, destacando que o termo “palavra” é pertencente à linguagem comum, e não à científica. Quanto ao termo *monema*, proposto por Martinet, ela descarta a sua funcionalidade em Lexicologia, diferentemente do de *lexia*, proposto por Pottier, que por ser técnico, não se confunde com palavra e vocábulo. Conclui, portanto, que no plano da língua, a unidade abstrata do léxico vem a ser o *lexema*; e as manifestações discursivas dos *lexemas*, as *lexias*.

De acordo com Pottier (1974, p. 266), há quatro tipos de *lexias*: simples, composta, complexa e textual. A simples “corresponda au <<mot>> traditionnel dans de nombreux cas”; a composta “est le résultat d’une intégration sémantique, qui se manifeste formellement”; a complexa, por sua vez, “est une séquence em voie de lexicalisation, à des degrés divers”; finalmente, a textual “est une lexie complexe qui atteint le niveau d’un énoncé ou d’un texte”. Exemplificando a partir da Língua Portuguesa, tem-se, respectivamente: filho, pão-de-queijo, “acabar em pizza” e oração da Ave Maria.

Quemada (1981 *apud* ALVES, 1999, p. 69-70), ao tratar da delimitação da unidade lexical, propõe três planos, demonstrando uma expansão em relação aos limites da dicotomia saussuriana (língua/fala) ao introduzir o elemento norma, assim como outros linguistas europeus o fizeram, o que permite “considerar, ao mesmo tempo, fatos concretos e observáveis, regras de funcionamento e conceitos, categorias ou funções abstratas”. No plano do código se concentram as unidades de significação estereotipadas (lexicalizadas), marcadas pela frequência de emprego e uso social e organizadas de maneira sincrônica funcional – as *lexias*, cujo domínio é o da Lexilogia. No caso de serem científicas e técnicas, tem-se os termos. Se naturalizadas, tem-se os empréstimos. No plano do discurso estão as unidades em situação de enunciação, realizadas contextualmente – as *lexes*. Em função do traço característico da variabilidade, podem ser classificadas em vocábulos e *lexoides*. As primeiras “são *lexias* atualizadas no discurso, que assumem diferentes valores significativos de acordo

com o contexto”; as últimas envolvem os neologismos e estrangeirismos. Seu domínio é o da Lexigrafia. No plano do sistema se observam as unidades abstratas reunidas, organizadas e associadas de forma acrônica – os lexemas e formantes. Pertencentes ao domínio da Lexemática, “representam os signos lexicais mínimos, morfossemanticamente determinados no interior de conjuntos organizados, em que são neutralizadas e confundidas todas as referências relacionadas à cronologia e ao uso e todas as avaliações normativas” Os lexemas designam toda unidade livre mínima; os formantes, as unidades lexicais mínimas presas.

Nesse sentido, pretende-se apresentar nessa pesquisa, um estudo das unidades lexicais no plano do discurso, na modalidade escrita, a partir de um *corpus* publicado no século XVI. Tais unidades serão categorizadas em campos léxicos, os quais serão abordados a seguir.

O conceito de campo léxico será tratado a partir de Eugenio Coseriu (1977), o qual se encontra inserido em sua proposta de estudo diacrônico estrutural das significações das palavras, especificamente do plano do conteúdo, “entendiendo por <<contenido>> la <<forma>> y la <<sustancia>> semánticas a la vez o, mejor dicho, la <<sustancia>> semántica como sustancia lingüísticamente <<formada>>” (p. 11). A obra em estudo apresenta pressupostos teóricos e metodológicos para o estudo funcional do léxico, denominado pelo autor de lexemática ou semântica estrutural. Por língua funcional, ele entende um sistema dentro de uma língua histórica (o francês, o inglês etc.), sendo que esta, em sua totalidade, abrange uma série de línguas funcionais diferentes. “Esto significa que toda descripción estructural (así como toda historia <<interna>>) de una lengua histórica debe hacerse, em principio, para cada una de las <<lenguas funcionais>> que en ella se distinguan” (p. 12). O termo semântica justifica-se por acreditar que todas as funções da linguagem são semânticas, ressaltando, ainda, que o emprego restrito do termo deve-se ao fato de que, de acordo como o uso corrente, a semântica relaciona-se primeiramente à semântica léxica.

O autor afirma que, diferentemente da gramática, a lexicologia tradicional não vinha sendo desenvolvida de forma estrutural, deixando de fundar-se em oposições funcionais. Ao procurar mostrar a possibilidade de tratamento estrutural do léxico, de descrição integral de todo o léxico de uma língua como um só sistema, faz algumas comparações com o que é feito pela gramática e pela fonologia, ressaltando que “si puede ser cierto que el léxico es el dominio menos estructurado de la lengua, ello no impide que sea susceptible de un tratamiento estructural, al menos en la medida en que está estructurado” (COSERIU, 1977, p. 26).

Um campo conceitual apresenta um conteúdo unitário o qual se subdivide por meio de oposições entre as unidades pertencentes, de forma que a partir do conteúdo unitário, os campos entrem em oposição. Assim, o estabelecimento de um campo se inicia a partir de oposições simples entre as unidades lexicais e termina quando uma nova oposição exija que o valor unitário se converta em traço distintivo, se admitindo, portanto, “la reducción de los campos conceptuales a sistemas léxicos organizados y delimitados por medio de oposiciones distintivas imeditas” (COSERIU, 1977, p. 40), o que possibilitou a identificação do objeto da semântica diacrônica estrutural: as estruturas léxicas de conteúdo.

Como as unidades léxicas são constituídas por expressão e conteúdo, admitem-se três estruturações diferentes: da expressão; da expressão e do conteúdo; e do conteúdo. Para Coseriu (1977), um estudo estrutural coerente só é possível a partir das relações de conteúdo, distinguindo-se em cinco tipos de estruturações: “campo léxico”, “modificación”, “desarrollo”, “derivación” e “solidaridad”. As três primeiras são da ordem do paradigma; as duas últimas, do sintagma. A primeira é do tipo oposicional; as outras, relacionais. São estas, portanto, as estruturas a que denomina de estruturas lexemáticas. Como se optou, neste trabalho, pela utilização do primeiro tipo – campo léxico – como procedimento metodológico

para o tratamento do *corpus*, a seguir, apenas o referido tipo de estrutura lexemática passará a ser comentado.

A proposta de Coseriu (1977) é a de categorizar o conjunto de unidades lexicais²⁶³ de uma língua funcional em campos léxicos, os quais são concebidos como “un conjunto de lexemas unidos por un valor léxico común (valor del campo), que esos lexemas subdividen en valores más determinados, oponiéndose entre sí por diferencias mínimas de contenido léxico (<<rasgos distintivos lexemáticos>> o *semas*)” (p. 135). Tais campos funcionam, portanto, como categorias, e são representados, geralmente, por uma palavra arquilexemática, a qual corresponde ao seu valor unitário; e admitem vários níveis de estruturação, de modo que um campo pode estar incluído como unidade num campo de nível superior. O autor elege esta estrutura lexemática como “una estructura paradigmática primaria del léxico; [...], la estructura paradigmática por excelencia” (p. 210).

Em seguida, Coseriu (1977) indica a maneira pela qual os campos léxicos podem ser identificados, delimitados e descritos, reforçando sempre o ponto de vista de uma tipologia “estrutural ou interna”, a qual concebe os campos como “estruturas”, concepção esta muito pouco refletida nos estudos realizados até aquele momento. Nesse sentido, pretende-se, nas seções seguintes, desenvolver uma discussão acerca da estrutura léxica presente no *corpus* selecionado, a partir do estabelecimento de um campo léxico.

3. Descrição do conteúdo léxico utilizado em impresso do século XVI

Diante da necessidade de estabelecimento de um recorte, a análise se ocupará dos capítulos dez, onze e doze da obra de Gândavo²⁶⁴, os quais tratam do nativo da nova terra. Para fazer o levantamento das unidades lexicais presentes, utilizou-se o programa de estatística textual “Léxico 3”. Após tal tarefa, submeteu-se, portanto, o texto ao programa e chegou-se a um total de 1.824 “formas”, cada uma delas contendo o número de frequência no texto. Tais formas compreendiam todas as ocorrências delimitadas por dois espaços brancos, podendo ser palavras, números e sinais de pontuação. Para identificar as unidades complexas recorreu-se, nos casos de dúvida, a uma das ferramentas do programa, a partir da qual tornava possível a localização da unidade no enunciado.

O passo seguinte foi o de classificar as palavras da lista de acordo com o uso no documento, com o propósito de separar os substantivos²⁶⁵ da totalidade das formas, chegando ao número de 551 formas. Foram desconsideradas as formas “Capit”, “Capitu” e “Capitulo”, referentes à atual forma ortográfica “capítulo”, já que pertencem ao vocabulário utilizado para nomear a organização das partes da obra; e também os substantivos próprios, pois, “siendo lexemas historicamente individualizados, no entran como tales em oposiciones lexemáticas” (COSERIU, 1977, p. 89), restando, portanto, 531 formas. Tais formas foram, então, categorizadas em diferentes campos léxicos, dos quais, discutiremos apenas um, neste trabalho – o relacionado à nomeação a que recebe o habitante nativo. De acordo com Biderman (1998, p. 91),

o léxico de uma língua constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos referentes, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada

²⁶³ Como já foi citado, Coseriu (1977, p. 14) emprega o termo lexema para se referir à unidade de significação léxica. Adotamos, no entanto, o termo unidade lexical, a partir de Alves (1999).

²⁶⁴ A obra em questão, publicada em 1576, conserva três versões manuscritas anteriores à edição príncipe. Para esta análise, de acordo com a etapa da pesquisa, consideraram-se as unidades lexicais da versão príncipe.

²⁶⁵ A escolha por esta classe deu-se em função do estabelecimento do recorte do trabalho, a saber, o processo de nomeação do português frente ao índio.

como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo.

Assim, a pesquisa poderá contribuir para a compreensão do processo de nomeação do europeu frente ao nativo. Como Gândavo registra esse “novo referente”?

A primeira categorização feita foi a de listar os substantivos empregados para se referir a um indivíduo, fosse ele o nativo ou o não nativo (“cometedores”, “Gouernador”, “immigos”, “moças”, “Padres”, “salteadores”, “Rey” etc.). Depois, foram selecionadas as unidades relacionadas apenas aos nativos (“capitam”, “criança”, “criatura”, “frecheiros”, “mininos”, “molher”, “remeiros” etc.), e, a partir destas, foi estabelecido novo recorte para amostragem analítica, pois ainda havia um grande número de unidades com possibilidades de subdivisões do campo. Assim, foram selecionadas apenas as unidades lexicais empregadas com a função de nomear o nativo, no sentido de informar “o que é”, cujo campo léxico foi denominando pelo arquilexema²⁶⁶ “nomeação para nativo”, composto por oito unidades lexicais.

Passou-se, a seguir, à verificação das abonações e à relação opositiva entre as unidades lexicais do campo, as quais serão tratadas nas próximas seções.

4. O campo léxico “nomeação para nativo”: constituição e abonações

O campo estabelecido é constituído por oito unidades lexicais simples. A forma de apresentação recebeu a seguinte metodologia: os lemas serão apresentados em ordem alfabética, negritados, de acordo com a ortografia contemporânea (em função da variação existente no texto), em letra minúscula, e com o número de ocorrências no texto, entre parênteses, seguidos de uma das abonações encontradas (quando há mais de uma), as quais serão antecedidas da indicação da página, também entre parênteses, para facilitar sua localização. Os lemas cuja ortografia atual não apareça no texto, estarão entre colchetes.

[**alarve**] (1):

(43v) “Estes **Alarues** tem | feito muito dâno nestas capitánias depois que deceram | a esta costa, e mortos algũs Portugueses e escrauos , porque sam muy barbaros, e toda a gente da terra lhes he | odiosa”.

criatura (1):

(42v) “Antes seus próprios auós | (a quem mais deuia chegar esta magoa) sam aquelles que | cõ mayor gosto o ajudam a comer , e dizẽ *que* como filho | de seu pay se vingam delle: tendo pera si que em tal caso | nam toma esta **criatura** nada da mãy , nẽ crem q *ue* aquella || 43r. imiga semente pode ter mistura com seu sangue”.

[**gente**] (13):

(33v) Viuem todos muy descansados sem terẽ | outros pensamentos, senam de comer, beber, e matar || 33v. **gẽte**, e por isso engordão muito: mas com qual*quer* des= | gosto pelo cõseguinte tornam a emmangrecer”.

gentio (1):

(33r) “Capit. 10. Do gentio que ha nesta prouincia, da | condiçam e costumes delle, e de como se | gouernam na paz. |”.

²⁶⁶ De acordo com Coseriu (1977, p. 171), arquilexema vem a ser “una unidad cuyo contenido es idéntico al contenido común de dos o más unidades de un campo (o de todo un campo léxico)”.

[**índio**] (20):

(33r) “Estes **Índios** sam de cor baça e cabelo corridio : tem o | rosto amassado e algũas feições delle á maneira de | Chins”.

[**natural**] (1)²⁶⁷:

(33r) “IA que tratamos da terra, e das cousas que | nella foram criadas pera o homem, razam | parece que demos aqui noticia dos **natura= | es** della: a qual posto *que* nam seja de todos | em geral, sera especialmente daquelles *que* | habitam pela costa, e em partes pelo sertã dentro mui= | tas legoas com *que* temos cõmunicaçam”.

[**pessoa**] (11):

(42v) “E se a molher *que* foy do catiuo acerta de fi= | car prenhe, aquella criança *que* pare, depois de criada, ma= | tâna e comẽna sem auer entre elles **pessoa** algũa *que* se cõ= | padeça de tam injusta morte”.

[**selvagem**] (1):

(44r) “Sam | finalmente estes **Seluagês** tam asperos e crueis, *que* nam | se pode cõ palauras encarecer sua dureza”.

5. Os semas distintivos

As unidades lexicais de um campo léxico se permitem categorizar de acordo com a significação comum expressa pelo arquilexema, e ao mesmo tempo se opõem umas às outras por traços que as distinguem de forma imediata, denominados por Coseriu (1977) de semas, os quais desempenham um importante papel junto à constituição do campo:

“[...] proponemos, [...], partir de oposiciones inmediatas, por ejemplo, entre dos o tres lexemas, identificar los rasgos distintivos que oponen estos términos y <<construir>> el campo léxico de forma gradual, estableciendo nuevas oposiciones entre los términos ya considerados y outros términos. En cada etapa del análisis tendremos, por un lado, rasgos distintivos mínimos ya identificados y, por el otro, un valor común a los términos considerados, valor que podrá ser analizado, a su vez, en rasgos distintivos mínimos y en un valor común más reducido, sobre la base de otras oposiciones” (p. 172).

Nesse sentido, as unidades agrupadas no campo ora estabelecido, apresentam um conteúdo lexical comum (a nomeação recebida pelos nativos) e traços distintivos entre elas, já que não se trata de sinonímia, considerando-se, portanto, fundamental a apresentação dos semas distintivos das unidades lexicais constituintes do campo em questão. Para isso, utilizou-se o “Dicionário eletrônico Houaiss de língua portuguesa 3.0” (HOUAISS, 2009), a partir da seguinte justificativa: inicialmente, pensou-se na necessidade de consulta a uma obra lexicográfica contemporânea ao texto de Gândavo, mas o referido texto é de 1576 e o primeiro dicionário de Língua Portuguesa somente fora publicado entre 1712 e 1721 (por Raphael Bluteau). Pensou-se, a seguir, em utilizar o “Dictionarivm ex lvsitanico in latinvm sermonem”, de Hieronymi Cardosi, do ano de 1562, mas além de não conter todas as unidades selecionadas, não correspondia ao que era esperado. Pelo mesmo motivo, também se descartou a consulta ao “Tesoro de la lengua castellana o española”, de Sebastián de Covarrubias Orozco. Como o Dicionário Houaiss (2009) apresenta a seção de etimologia à maioria das unidades, considerou-se que não haveria grandes lacunas a não consulta a outra

²⁶⁷ O texto apresenta duas ocorrências desta unidade, porém, uma delas não funciona de acordo com o recorte estabelecido. Por isso, consideramos para este campo, apenas a utilizada na abonação apresentada.

obra. Os semas distintivos serão, pois, comentados utilizando-se o seguinte procedimento metodológico: primeiramente, será informada a origem da palavra, a significação etimológica e o ano de datação de acordo com Houaiss (2009); depois, as acepções atuais encontradas, de forma que fique o mais descritiva possível a relação opositiva entre as unidades constituintes do campo.

1. Originária da forma árabe “al-Harab” (“os árabes; o povo árabe”) e datada de 1344, dentre as quatro acepções apresentadas, **alarve** refere-se, em três delas, a emprego com função pejorativa, relacionando-se a “rústico, abrutado, grosseiro, ignorante, tolo, parvo, estúpido e glutão”. A outra acepção aponta ser um diacronismo, cujo uso antigo referia-se a “árabe beduíno”.

2. Originária da forma latina “creatura” (“todo o ser criado”) e datada do século XIII, **criatura** refere-se a “seres ou coisas materialmente existentes; pessoa ou coisa resultante de uma criação”.

3. Originária da forma latina “gens, gentis” (“família, clã, povo, raça, prole”) e datada do século XIII, **gente** refere-se a “número indeterminado de pessoas; os habitantes de um país; bando”.

4. Sem informação etimológica²⁶⁸ e datada do século XIII, **gentio** refere-se àquele “que professa o paganismo; que não é civilizado; selvagem”.

5. A explicação etimológica para **índio** é a de origem toponímica, a partir da qual a referida unidade lexical provém do equívoco de Cristóvão Colombo, no século XIV, que acreditou chegar às Índias, assim nomeando seus habitantes. Refere-se àquele ou a quem “é originário de um grupo indígena e é por este reconhecido como membro”.

6. Originária da forma latina “naturalis” (“feito ou dado pela natureza”) e datada do século XIII, **natural** refere-se a “nativo; aquele que nasceu num país, numa região”.

7. Originária da forma latina “persóna” (“máscara de teatro”) e datada do século XIII, **pessoa** refere-se a “indivíduo considerado por si mesmo; ser humano, criatura”.

8. Etimologicamente explicada como a união dos morfemas “selva” e “agem”, datada do ano de 1572, **selvagem** refere-se a “próprio das selvas; que habita as selvas; que manifesta crueldade; bárbaro, feroz”. Duas das acepções apontam que, relacionada a animal, refere-se àquele “que ainda não foi domesticado; que se enfurece facilmente”.

Todas as unidades foram empregadas com a função de referirem-se ao nativo, mas cada qual com seu traço semântico distintivo.

Utilizando essa descrição sob um viés interpretativo, pode-se afirmar que, de acordo, com a frequência de cada unidade lexical, predominou, no *corpus*, o uso daquelas que se referiam ao nativo como “gente”, “índio” e “pessoa”, ou seja, para “apontar” o nativo, foram utilizadas formas com sentidos já estabilizados, como se fosse uma “escolha transparente”: trata-se de gente – um povo de uma região; de pessoas – seres humanos; de índios – originários de um grupo indígena. Considerando que se trata de um texto com caráter histórico, o qual busca a objetividade, tal predominância está justificada. No entanto, é preciso destacar a importância das unidades empregadas como *hapax*, pois a partir delas, certos efeitos de sentido que poderiam passar imperceptíveis, devido aparecerem apenas uma vez, passam a ser fundamentais na leitura de uma obra que trata, além de outros aspectos, dos nativos da “Prouincia de Sãcta Cruz”.

Dessa forma, as unidades lexicais “alarve”, “criatura”, “gentio”, “natural” e “selvagem”, com seus conteúdos léxicos específicos, apresentados anteriormente, apontam para uma concepção descaracterizadora do nativo (É importante esclarecer que as unidades “criatura” e “natural”, não menos descaracterizadoras, mostram que: o fato de ser um “natural” já é fator que o diminui perante o não nativo; “criatura”, por sua vez, apesar de se

²⁶⁸ Apesar de não constar em Houaiss (2009), pode-se encontrar a informação etimológica em Ferreira (2010): Originária do latim “genetivu”.

referir a “algo que foi criado”, como todos os seres o foram, a partir do texto entende-se que, pelo termo, Gândavo se refere à criança que foi originada da união do inimigo cativo com uma das moças da aldeia. Após morto, a carne do inimigo é comida pelos integrantes da tribo. E se a moça que “cuidou” do cativo engravidar, após o nascimento, a criança é também morta e sua carne servida como alimento. Assim, o termo “criatura” denota um ser desprezível). É como se elas representassem o conteúdo semântico “negativo” daqueles que, justamente por serem nativos, naturais, encontram-se num nível abaixo do grupo representado por aquele que os descreve.

6. Considerações finais

Tendo como proposta investigar o léxico da língua portuguesa empregado no século XVI, utilizou-se como *corpus* a primeira história sobre o Brasil, procurando-se mostrar, inicialmente a importância desta junto à produção escrita do período colonial e o seu processo de elaboração. A partir dela, Pero de Magalhães de Gândavo trata de diversos aspectos relacionados à nova terra: capitânias, qualidades, plantas, animais, pessoas, riquezas, entre outros. Optou-se por analisar os capítulos que tratam dos nativos com o objetivo de conhecer a nomeação conferida ao nativo pelo português.

A apresentação das abonações seguida da discussão dos semas distintivos das unidades constituintes do referido campo mostrou que houve um predomínio do emprego das unidades “gente”, “índio” e “pessoa”, ou seja, unidades que se direcionam a uma busca pela objetividade: habitantes de um país, pertencentes a um grupo indígena, seres humanos. Por outro lado, as unidades empregadas como *hapax* sugerem apontar uma subjetividade no processo de nomeação do nativo. Assim, as unidades “alarve”, “criatura”, “gentio”, “natural” e “selvagem”, com seus respectivos semas distintivos, apontam à descaracterização do nativo: estúpido, rústico, pagão, não civilizado, bárbaro, entre outros semas.

Dessa forma, conclui-se que, diante do objetivo de se tentar compreender o emprego de um determinado campo léxico em *corpus* do século XVI, pode-se afirmar que a descrição estrutural do léxico contribuiu para a compreensão de aspectos históricos e da linguagem, neste caso específico, pôde mostrar a concepção de nativo expressa pelo não nativo, especificamente, o português, que, diante de um novo mundo, propôs-se a [d]escrevê-lo.

Referências Bibliográficas

ALVES, Ieda Maria. A delimitação da unidade lexical nas línguas de especialidade. In: BASÍLIO, Margarida (org). *Revista Palavra*. Volume Temático I: A delimitação de unidades lexicais. Departamento de Letras. PUC-Rio. Rio de Janeiro: Grypho, 1999.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. In: *Revista Filologia e Linguística Portuguesa*. Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa. DLCV-FFLCH-USP. N° 2, 1998, p. 81-118.

_____. Conceito linguístico de palavra. In: BASÍLIO, Margarida (org). *Revista Palavra*. Volume Temático I: A delimitação de unidades lexicais. Departamento de Letras. PUC-Rio. Rio de Janeiro: Grypho, 1999.

COSERIU, Eugenio. *Principios de Semántica Estructural*. Madrid: Editorial Gredos, 1977.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa*. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães de. *Historia da prouincia Sãcta Cruz a que vulgarmete chamamos Brasil*. Lisboa: Officina de Antonio Gonsalvez, 1576.

HOUAISS eletrônico. Versão monousuário 3.0. Instituto Antônio Houaiss. Objetiva, 2009.

POTTIER, Bernard. *Linguistique générale: théorie et description*. Paris, Klincksieck, 1974.

LÉXICO DAS CARTAS NA SEMIOSE DOS TEMPOS VERBAIS

Maria Suzett Biembengut SANTADE (FIMI / FMPFM / UERJ)²⁶⁹

Resumo: O texto enfoca o léxico das Cartas Pessoais na semiose dos tempos verbais. Para este texto, analisaram-se dois conjuntos de Cartas Paulistas do Século XIX, observando ordem sujeito-verbo anteposto e posposto, uso das primeiras pessoas do discurso singular/plural, sujeito +nulo/-nulo, sujeito +humano/-humano e tempos verbais básicos para examinarem-se as ocorrências oracionais com/sem concordância verbal. Foram feitos Gráficos para demonstrarem-se as ocorrências de concordância verbal. Como não houve ocorrência significativa de flutuação de concordância verbal no início do trabalho, precisou-se de outras amostragens para encontrarem-se marcas de mudança. Os gráficos demonstraram o desempenho linguístico em relação à língua convencional.

Palavras-chave: concordância verbal; variação; mudança.

1. Considerações Iniciais

Para este texto busquei ler as vinte (1) *Cartas Passivas Paulistas do Século XIX de Washington Luiz* e as dezenove (2) *Cartas Paulistas do Século XIX da BNRJ*, em princípio, observando a ordem Sujeito-Verbo anteposto e posposto, uso das primeiras pessoas do discurso singular/plural, sujeito [\pm nulo], sujeito [\pm humano] e tempos verbais básicos no intuito de examinarem-se as ocorrências oracionais com/sem concordância verbal.

Nesses *corpora* observei que havia uma estabilidade gramatical tanto nas *Cartas (1)* como nas *Cartas (2)*. Nas *Cartas (1) e (2)*, fiz uma espécie de garimpagem manual bem acurada para serem examinadas as ocorrências flutuantes na verificação inicial. No entanto, o trabalho acabou findando mais como um demonstrativo das buscas instigadas pela curiosidade de encontrar alguma variação nas decodificações feitas.

Fiz as Tabelas e os Gráficos²⁷⁰ a fim de demonstrarem-se, mesmo de forma repetitiva e semelhante, as ocorrências de concordância verbal. Para findarem-se os resultados, Tabelas resumidas de soma total das ocorrências foram elaboradas mapeando assim as Cartas em que os remetentes seguiam o *gênero-carta* já estabelecido da/na época e que também suas Cartas transpareciam o cuidado gramatical desses remetentes que normalmente faziam uma revisão e muitas vezes pediam “desculpas” por alguns “erros gramaticais”.

Como não houve ocorrência significativa de mudança e/ou flutuação de concordância verbal na primeira parte do trabalho, busquei recortar dados de outros *corpora* para encontrar marcas de mudança. Fiz um recorte de mil palavras nas (1) Cartas de Aldeamentos XVIII [CD-ROM], (2) Cartas Paulistas da BNRJ XIX-1ª metade [CD-ROM], (3) Cartas Passivas Paulistas de WL XIX-2ª metade [CD-ROM], (4) Cartas Passivas Paulistas de WL XX-1ª metade e (5) Cartas Particulares de Adriana Antonioli [Cartas pessoais do conjunto

²⁶⁹ Pós-doutora em Letras (UERJ) e em Educação (UMinho); Profª Titular em Línguas nas Faculdades Integradas Maria Imaculada (FIMI-Mogi Guaçu-SP-BR); Faculdade Municipal Prof. Franco Montoro (FMPFM-Mogi Guaçu-SP-BR); Universidade do Estado do Rio de Janeiro (SELEPROT-UERJ-BR). suzett.santade@gmail.com

²⁷⁰ Para este artigo foram colocados somente os gráficos como ilustração dos dados porque este texto faz parte de um trabalho mais extenso feito na disciplina Linguística Histórica sob avaliação do Prof. Dr. Ataliba Teixeira de Castilho (UNICAMP-2009).

Correspondência Pessoal Passiva XX-2^a metade recebidas via e-mail por Kewitz, 29 de outubro de 2009].

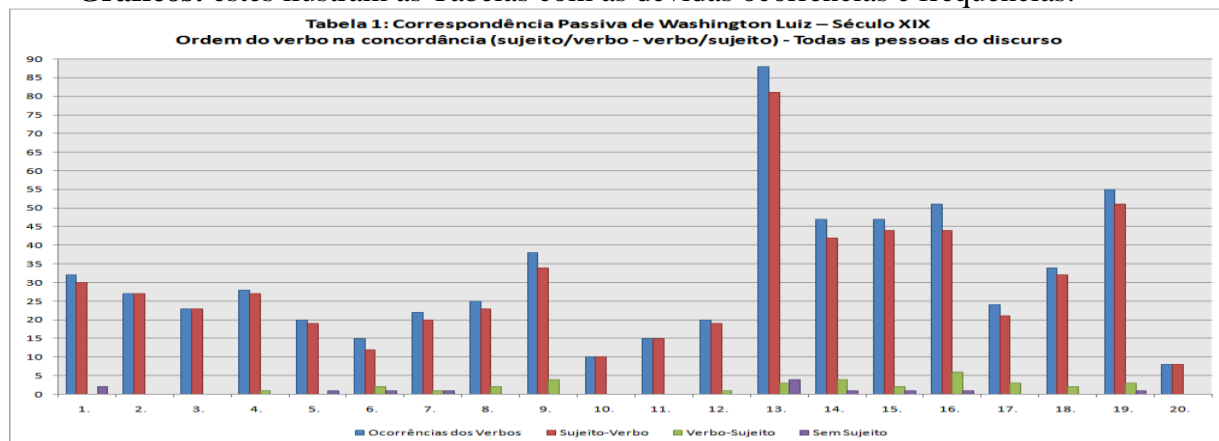
Conforme já havia examinado nas Cartas Passivas Paulistas de WL e nas Cartas Paulistas da BNRJ do século XIX, os recortes menores de mil palavras só ratificaram o que já havia sido notificado: *estabilidade da convenção gramatical* na aplicação do uso da ordem dos SN e SV e estabilidade do modelo convencionalizado das Cartas da época. Assim, os gráficos ratificavam desempenho linguístico convencional dos informantes.

2. Bases Metodológicas

2.1 Correspondência Passiva de Washington Luiz – Século XIX

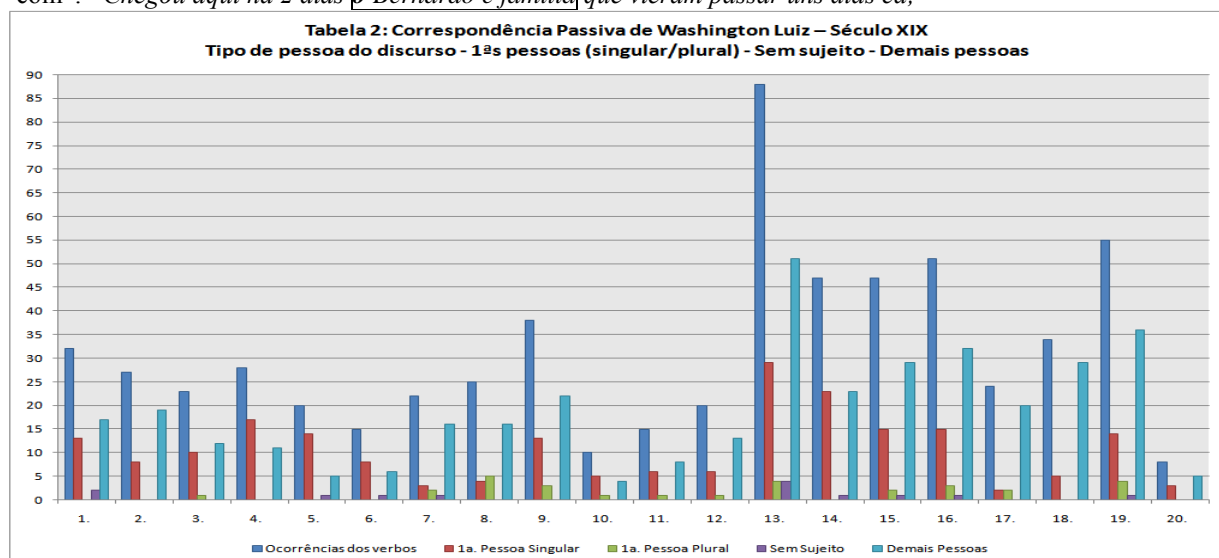
A princípio, fiz a releitura significativa em todo o histórico do *corpus* “Correspondência Passiva de Washington Luiz” para entender a época das cartas do final do século XIX, editadas por Simões e Kewitz (2006). Em seguida, selecionei as vinte cartas passivas que foram escritas por parentes e amigos de Washington Luiz e, na referida edição, nomeadas como cartas paulistas. O método inicial foi bastante empírico. Primeiramente, imprimir cada *corpus* e encaderná-lo. O segundo passo foi observar *a ordem do sujeito-verbo na concordância* de todas as ocorrências verbais e assinalar todos os verbos para reconhecer os sujeitos oracionais antepostos e pospostos. Após essa estratégia, fiz a leitura minuciosa na procura de ocorrências flutuantes da aplicação da concordância verbal pelos remetentes. Surge a questão: Haveria ocorrências flutuantes na concordância verbal em relação aos sintagmas nominais / sintagmas verbais? Insisti nesse percurso na busca de variações e, neste ínterim, surgem as indagações: havia um domínio da gramática sintática dos remetentes no uso da concordância verbal ou a arte de escrever carta nada mais era que seguir um modelo estigmatizado e repetitivo na seguinte ordem: Local e Data / Endereçamento / Abertura / Desenvolvimento / Fechamento / Assinatura / PS: Post Scriptum? E no desenvolvimento ou “recheio” da carta, colocar-se-ia o assunto a ser dialogado entre os interlocutores com colocações sintáticas “cristalizadas” segundo a gramática prescritiva? Em seguida, foram examinadas e assinaladas as colocações dos pronomes sujeitos e as concordâncias verbais nas vinte Cartas Passivas Paulistas manualmente. Foram observados os sintagmas sujeitos que se apresentavam praticamente com sujeitos nulos e com sequências verbais bastante curtas com pouca complexidade sintática. Os verbos apresentados sempre em concordância verbal com o morfema sufixal de número-pessoa demonstrando o total domínio linguístico da escrita com as marcas da convenção gramatical pelos remetentes. Percebeu-se o domínio da gramática enlaçada ao fenômeno discursivo quanto ao uso do sujeito [\pm nulo], pois a partir da colocação do sintagma nominal [determinante + núcleo] na primeira posição sujeito, na sequência do enunciado, havia a omissão do sujeito [+nulo] nas outras colocações verbais da mesma sentença. A posição dos constituintes no sintagma nominal em nada alterava a concordância verbal e, com isso, as regras sintáticas de concordância permaneciam estáveis.

Gráficos: estes ilustram as Tabelas com as devidas ocorrências e frequências:

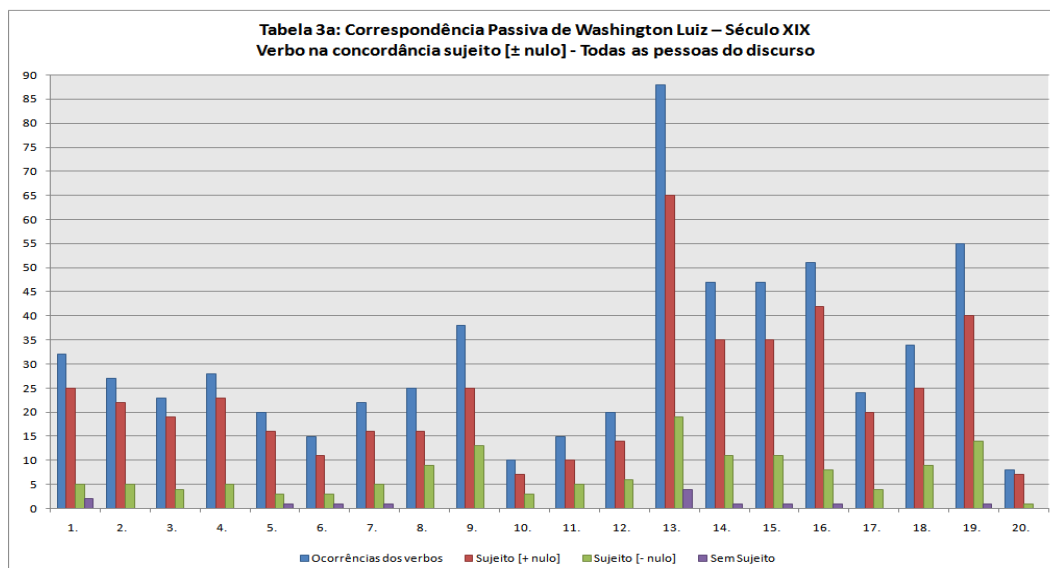


Na Tabela 1, observa-se em todas as cartas que a posição Sujeito-Verbo atinge uma percentagem quase equiparada às Ocorrências dos Verbos. Já a posição Verbo-Sujeito atinge uma percentagem de pouca significância em todas as cartas, somente na *Carta 16* a posição Verbo-Sujeito atinge um pouco acima de 5%. A ocorrência de oração com verbos impessoais aparece bem abaixo de 5%.

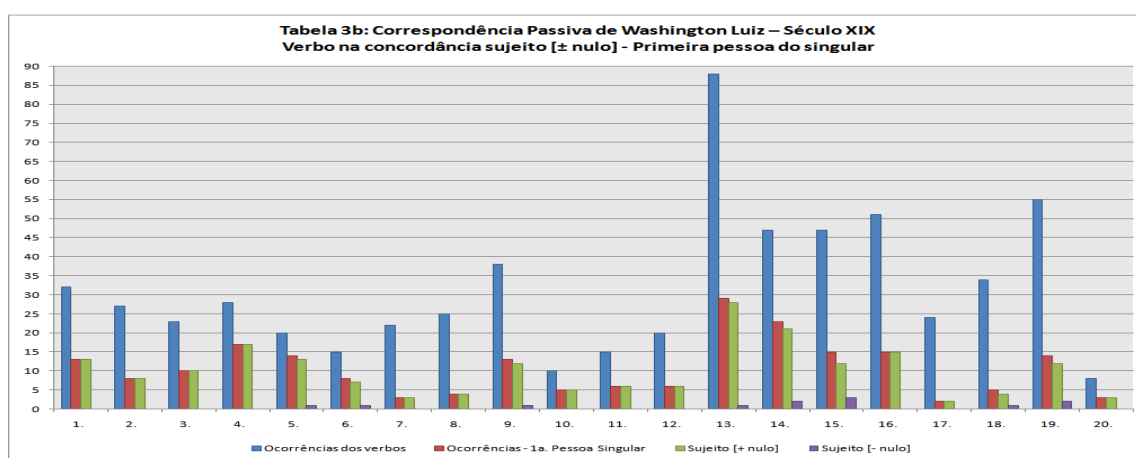
Observação: Somente ocorreu uma (não) concordância verbal em sujeito posposto na *Carta 13*, p. 31, remetente Everardo Vallim Pereira de Sousa, datada 01 de março de 1900. Porém, o determinante “o” valida a singularidade do primeiro elemento do sujeito composto e o conectivo “e” com a semanticidade da preposição “com”: “Chegou aqui há 2 dias o Bernardo e família que vieram passar uns dias cá;”



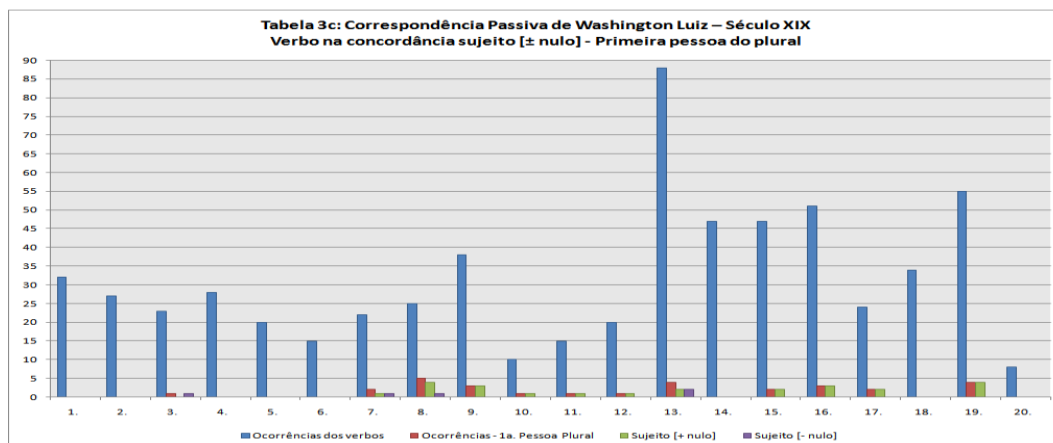
Na Tabela 2, o verbo na primeira pessoa do singular apresenta-se na posição relevante em cada carta em relação à Ocorrência dos Verbos. Isso releva categoricamente, no processo narrativo das cartas, a marca de envolvimento e de proximidade que indica cumplicidade que se estabelecem entre os interlocutores e se apresentam na materialidade discursiva conforme aborda Brandão et alii (2009: 722). A primeira pessoa do plural do discurso encerra os laços de dialogicidade na contínua troca de informações através desse tipo de discurso na época.



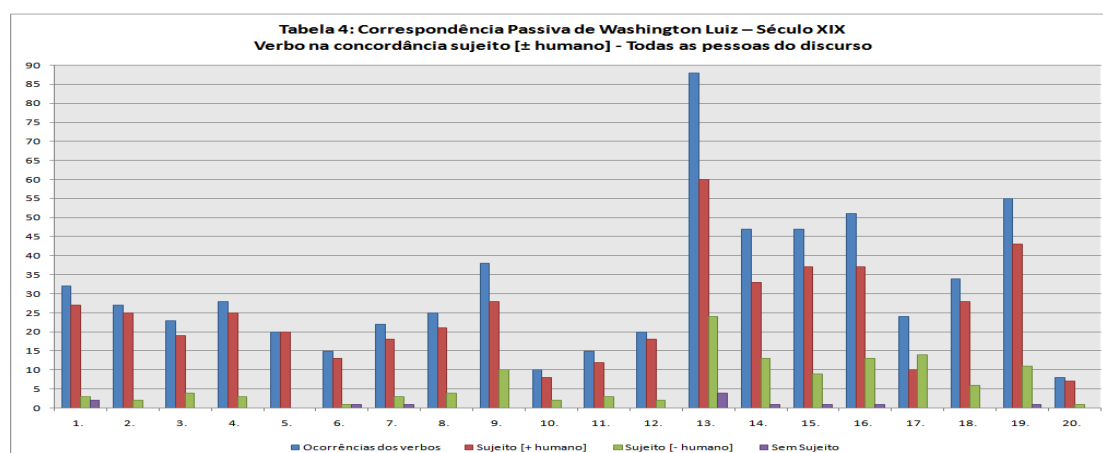
Na Tabela 3a, demonstra-se o apagamento do sujeito pronominal de modo significativo, principalmente, na primeira pessoa do singular, pois o próprio escrevente é o “dono” do texto-discursivo. Nas cartas, observou-se o sujeito [-nulo] mais nas terceiras pessoas do discurso no uso do pronome quando a referência não havia sido relatada em enunciado prévio ou alguma palavra substantiva [SN sujeito] na mesma oração como sujeito [-nulo] para, na sequência do parágrafo, o mesmo sujeito relatado ser colocado como [+nulo] uma ou mais vezes em colocação paratática [parataxe].



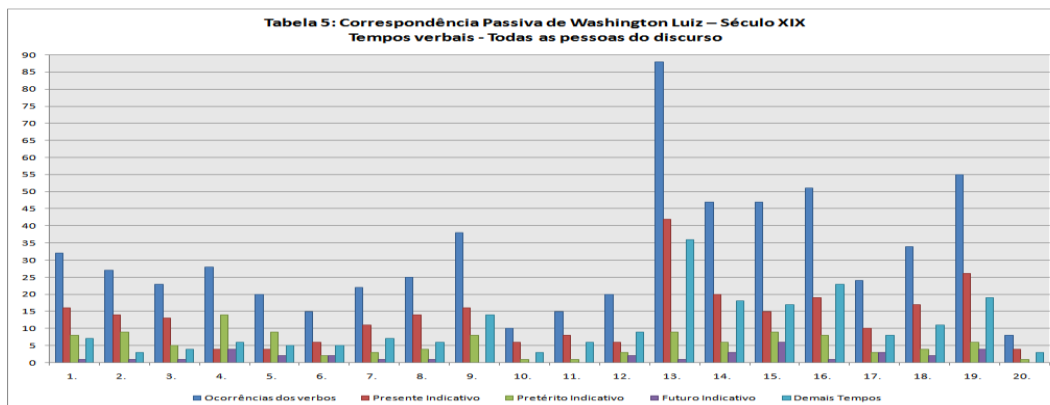
Na Tabela 3b, observa-se a presença da primeira pessoa do discurso demonstrando o domínio da gramática onde a marca de concordância é sufixal [desinência de número-pessoa]. O não-uso da marca de redundância pronominal demonstra conhecimento da convenção gramatical do sistema verbal pelos remetentes.



Na Tabela 3c, observa-se a pouca presença da primeira pessoa plural do discurso verbal nas vinte Cartas Passivas Paulistas de WL. No entanto, essa marca assinala a configuração do texto carta que possibilita verificar em sua estrutura, blocos significativos correspondentes a abertura / fechamentos e as sequências linguísticas que encaminham o analista à observação mais acurada das relações, concernente à construção do *ethos* e à interação que se estabelece entre os enunciadore, segundo Brandão et alii (2009: 722). Apesar da pequena percentagem do uso desta pessoa do discurso, no gênero carta há um momento em que o remetente enlaça a relação de amizade e/ou intimidade neste uso discursivo “nós”. Vale a pena assinalar que não houve ocorrência da palavra “gente” ser usada como sujeito “nós” e nem mesmo em concordância verbal na terceira pessoa do singular. Quando a palavra “gente” foi usada, a semanticidade da mesma era de “povo”.



Na Tabela 4, nota-se a marca pessoal [+ humano] tanto das primeiras como das terceiras pessoas do discurso. Isso se notifica nas vinte Cartas Passivas Paulistas de Washington Luiz, pois as cartas são de familiares: cunhado e concunhado, amigos e sogra, demonstrando as dimensões da ação discursiva de forma de relatos ou narrativas de fatos domésticos e particulares como saúde de alguma pessoa da família, viagens, passeios, observações do cotidiano da vida no interior paulista. Também os remetentes apresentavam preocupações com a saúde do destinatário. Assim, o tópico sujeito [+humano] revela as interlocuções dos remetentes/destinatários no uso do diálogo-carta. Observa-se que são poucos os usos de orações com verbos impessoais que revelam a referência [-humana]. Vale assinalar que nas cartas da sogra Sophia de Washington Luiz há a demonstração do cuidado gramatical e, ainda, segue o modelo de correspondência da época mesmo sendo as cartas bastante pessoais.



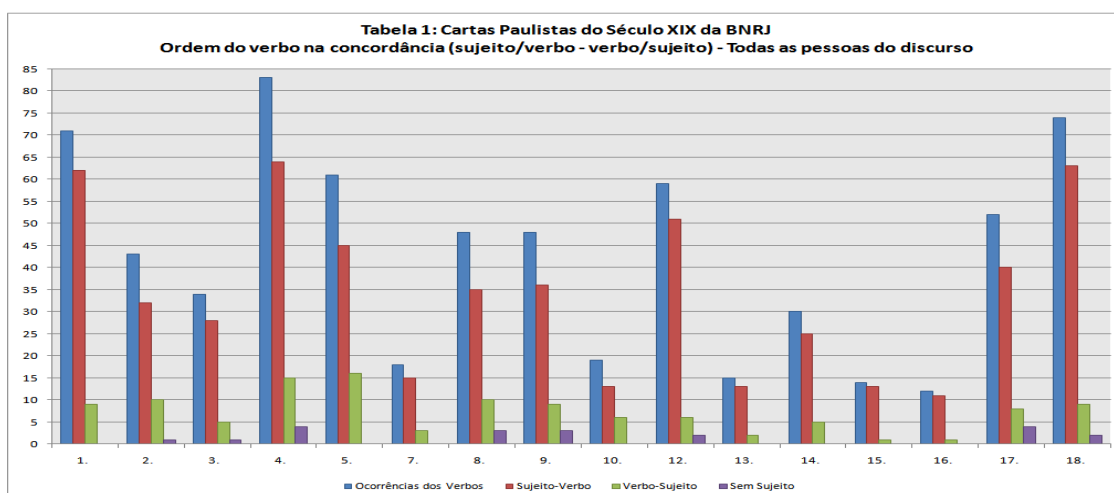
Na Tabela 5, os tempos verbais que mais ocorreram nas vinte Cartas Passivas Paulistas foram o presente, pretérito perfeito e futuro do presente do indicativo. Isso demonstra o *gênero-carta* com a função de narrar fatos já acontecidos, de buscar questões do acontecimento cotidiano simultâneo e de enunciar diálogos contínuos e esperados através das colocações verbais no tempo futuro. Vale assinalar que o presente do indicativo conclama o momento dos fatos do cotidiano relatados na carta pessoal pelo remetente.

2.2 Cartas Paulistas do Século XIX da BNRJ

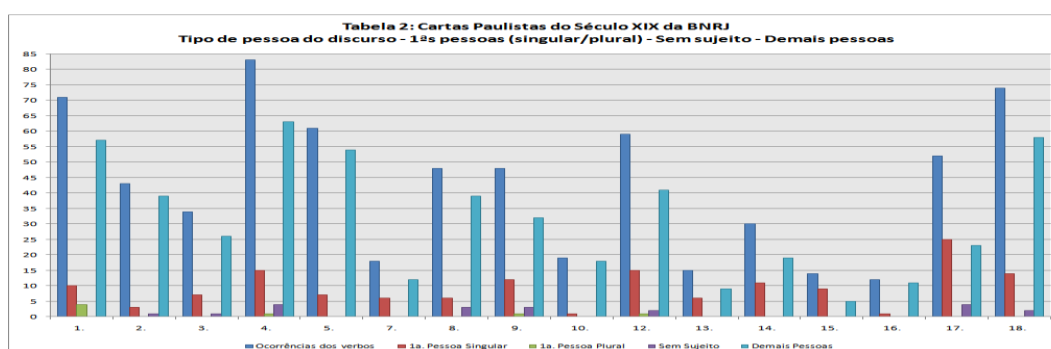
A leitura dessas Cartas foi feita exatamente como as Cartas Passivas Paulistas de Washington Luiz. Assim, foram examinadas e assinaladas as colocações das posições dos Sujeitos-Verbos e as concordâncias verbais nas dezenove Cartas Paulistas manualmente. Foram observados os sintagmas sujeitos que se apresentavam praticamente com sujeitos nulos e com sequências verbais bastantes longas com pouca complexidade sintática, mas com sequências oracionais paratáticas. Os verbos apresentados sempre em concordância verbal com os morfemas sufixais de número-pessoa demonstrando o total domínio linguístico da escrita com as marcas da convenção gramatical pelos remetentes. Percebeu-se o domínio da gramática enlaçada ao fenômeno discursivo quanto ao uso do sujeito [\pm nulo], pois a partir da colocação do sintagma nominal [determinante + núcleo] na primeira posição sujeito, na sequência do enunciado, havia a omissão do sujeito [-nulo] nas outras colocações verbais da mesma sentença. A posição dos constituintes no sintagma nominal em nada alterava a concordância verbal e, com isso, as regras sintáticas de concordância permaneciam estáveis também nessas cartas administrativas. Como são Cartas Administrativas, elas apresentam-se longas e com detalhes de construções oracionais em parataxe. Nota-se o modelo carta com frases repetitivas bem de acordo com o costume de escrita documental. No *corpus* das dezenove cartas havia três cartas bastante longas [Cartas 6, 11 e 19]. Assim, procurei separá-las para dar mais visibilidade às análises e aos Gráficos.

Foi interessante notar que as Cartas Administrativas foram escritas por pessoas (com a formação e a titulação acadêmica da Universidade de Coimbra) que apresentavam grande conhecimento linguístico à prática da linguagem convencional e formal. Neste trabalho, observa-se o esmero nas colocações verbais e pronominais.

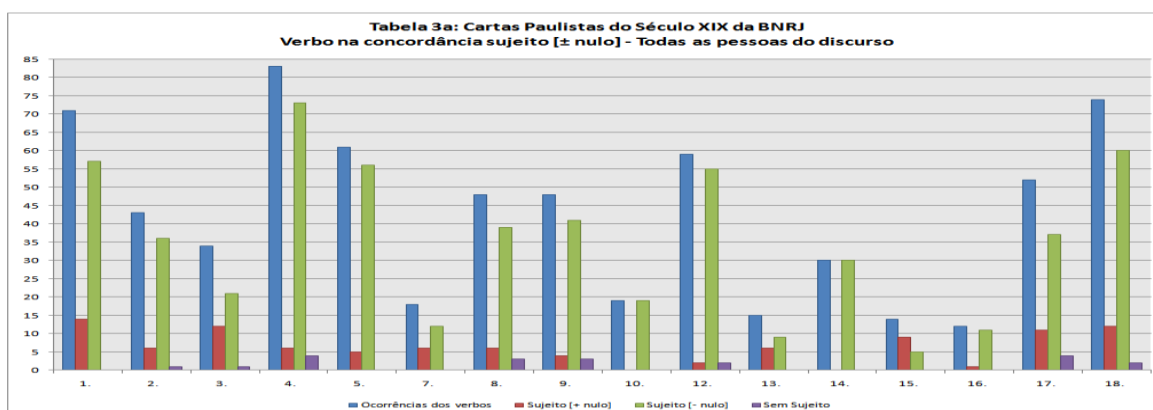
Gráficos: estes ilustram as Tabelas com as devidas ocorrências e frequências:



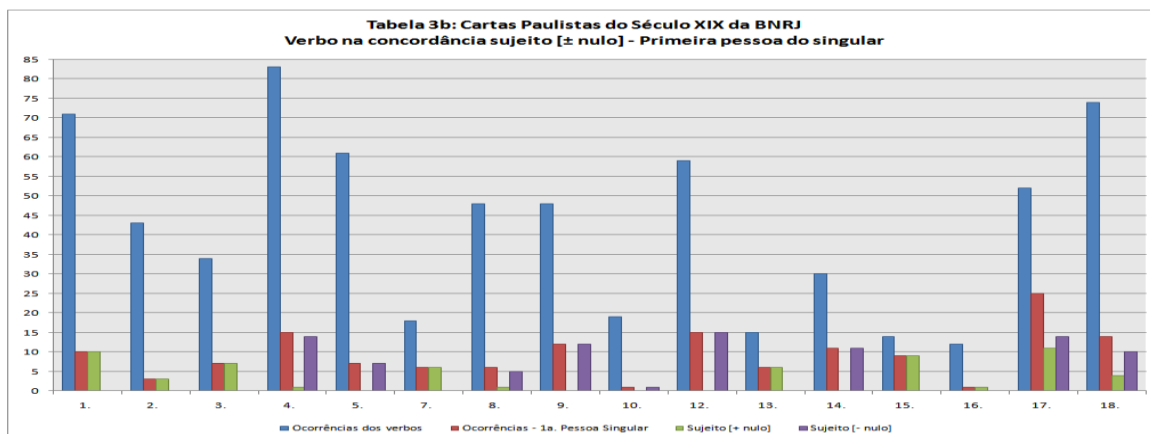
Na Tabela 1, observa-se o número sempre significativo da posição Sujeito-Verbo prevalecendo a concordância verbal estável. Mas a posição inversa Verbo-Sujeito apresentou-se bem maior em relação às Cartas Passivas Paulistas de Washington Luiz.



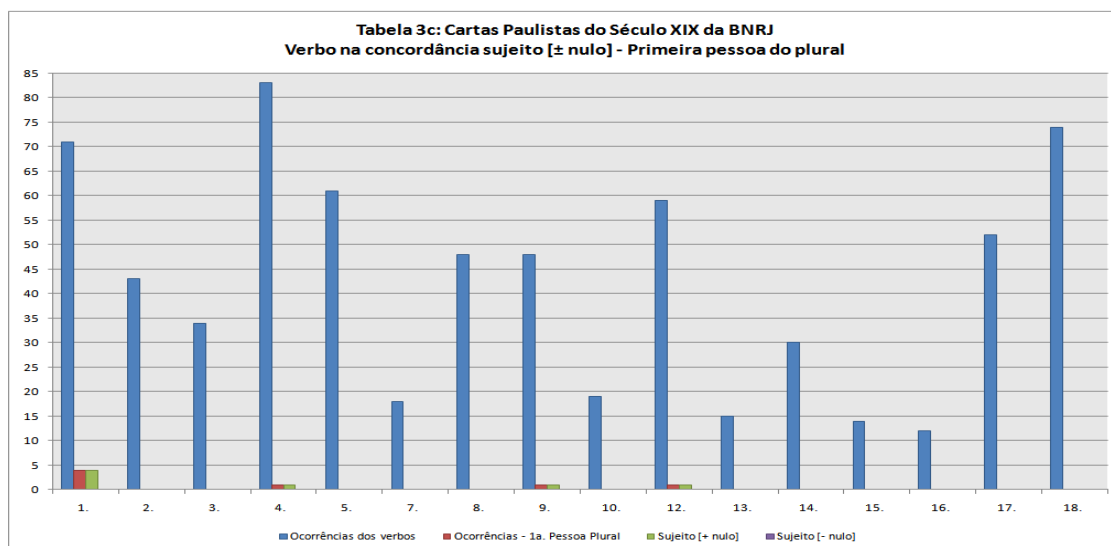
Na Tabela 2, ocorre numa média de 20% o uso da primeira pessoa do discurso. Como tais Cartas seguem o modelo documental, o uso da terceira pessoa do singular e do plural demonstra o tom referencial dessas cartas.



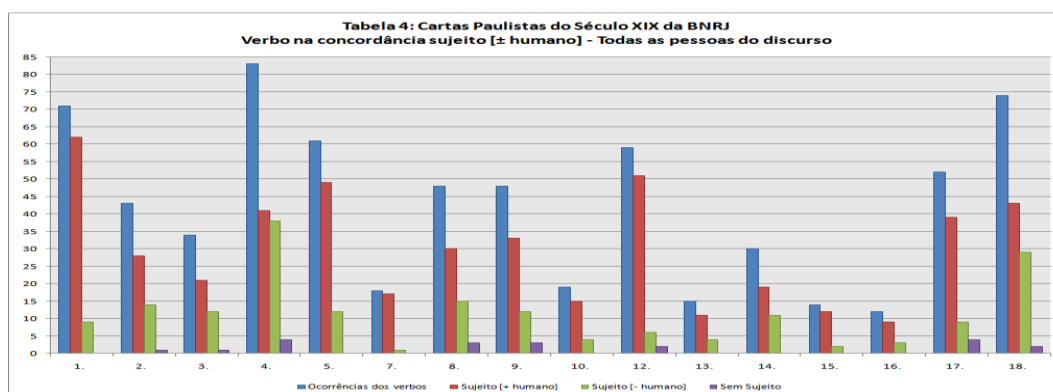
Conforme mencionado o tom referencial da Tabela anterior, essa Tabela 3a demonstra de fato o sujeito nominalizado dando os esclarecimentos referenciais da carta documento.



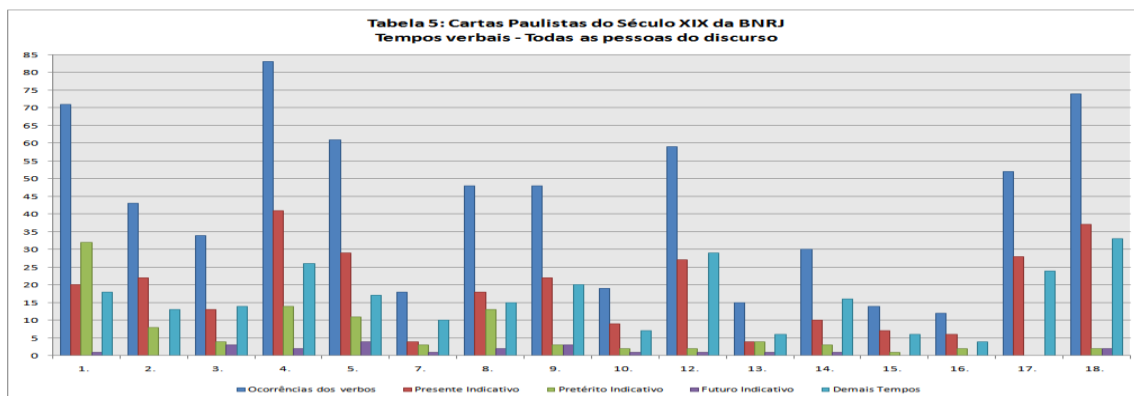
Na Tabela 3b, a primeira pessoa do singular oscila entre sujeito [+nulo] e [-nulo]; dependendo da colocação referida na oração antecedente, em parataxe, as orações apresentam-se com sujeito [+nulo] — características do sujeito *pro-drop*.



Houve pouco uso da primeira pessoa do plural nas cartas administrativas, demonstrando mais a referência nas terceiras pessoas no aspecto neutro dos remetentes/escreventes.



Na Tabela 4, o sujeito [+humano] torna-se mais marcado no gênero-carta documental.



Na Tabela 5, o presente do indicativo bem marcado. O futuro aparece na média de 2,5%.

3. Considerações Finais

Conclui-se, nas Cartas, a esmagadora predominância da concordância sujeito-verbo, típica da linguagem escrita de pessoas que dominam a língua-padrão. Quanto aos “erros de concordância” [que foram bem poucos], nota-se que eles acontecem devido a alguns fatores: (i) nas posposições do sujeito em relação ao verbo, quando o elemento determinante posiciona-se depois do determinado, este, não encontrando o determinante, frequentemente assume forma de 3ª pessoa do singular; (ii) mesmo nas anteposições do sujeito em relação ao verbo, em casos em que o sujeito vem separado do verbo por um conjunto significativamente grande de elementos, a limitação de memória pode perturbar a concordância; (iii) nas situações em que o autor interpreta algum elemento da oração, anteposto ao verbo, como sujeito e faz a concordância do verbo com esse elemento e não com o sujeito, posposto ao verbo. Os problemas de concordância acontece na linguagem escrita aproximada da falada.

Referências Bibliográficas

BRANDÃO, Helena H. Nagamine; ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O.; AQUINO, Zilda G. O. Cartas da administração privada e cartas particulares: estudo da organização discursiva. IN: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). *História do Português Paulista*. Campinas: UNICAMP/ Publicações IEL, 2009. pp. 721-733.

KEWITZ, Verena. *Cartas Particulares de Washington Luiz* (1ª metade do séc. XX) & *Correspondência Pessoal Passiva* (2ª metade do séc. XX) de Adriana Antonioli. Material recebido por e-mail em 29 de outubro de 2009.

SIMÕES, José da Silva e KEWITZ, Verena (Orgs.). *Cartas dos séculos XVIII e XIX. Aldeamentos de índios, cartas paulistas da BNRJ, correspondência passiva de Washington Luiz*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2006. CD-ROM.

ORGANIZAÇÃO DE *CORPUS* A PARTIR DE JORNAIS DO TRIÂNGULO MINEIRO

Juliana Bertucci BARBOSA (UFTM)²⁷¹
Talita de Cássia MARINE (UFU)²⁷²

Resumo: A fim de contribuir para a discussão sobre fontes para pesquisas linguísticas e para o resgate de aspectos de sincronias passadas (e atuais) do Português Mineiro da região do Triângulo (Minas Gerais/Brasil) – consequentemente, contribuir para o levantamento de características da sócio-história e para a (re)construção da identidade do Português Brasileiro –, entendemos como uma importante fonte para pesquisas variacionistas, o jornal. Assim, neste artigo apresentaremos as discussões teórico-metodológica que envolvem a constituição de um banco de dados composto por jornais do final do século XIX e primeira metade do XX, publicados nas cidades de Uberaba, Uberlândia e região.

Palavras-chave: Português Mineiro. Montagem de *corpus*. Jornal. Séculos XIX e XX.

1. Introdução²⁷³

Todo linguista reconhece que a língua é um fato social, mas nem todos dão a mesma ênfase a esse fato (LABOV, 2008, p.302).

O uso de *corpus* favorece as pesquisas linguísticas, sobretudo as de variação e mudança linguística, na medida em que proporciona a realização de descrições linguísticas de base empírica, fundamentadas em contextos de usos reais da língua. Nesse sentido, a fim de recuperar aspectos de sincronias passadas e atuais do Português Mineiro da região do Triângulo (Minas Gerais/Brasil), entendemos como uma importante fonte para pesquisas de cunho variacionista, o jornal.

Com base nessas observações, apresentaremos, neste artigo, o projeto desenvolvido no âmbito do GEVAR (Grupo de Pesquisas Variacionistas): a constituição de um banco de dados composto por jornais de Uberaba e Uberlândia. Acreditamos que com a montagem desse *corpus*, possibilitaremos a realização de pesquisas que contribuam para o levantamento de características do Português Mineiro do Triângulo e, consequentemente, para a construção da identidade do Português Brasileiro.

2. Pesquisa linguística pautada em *corpus*

Estudos embasados pelos pressupostos teórico-metodológicos do modelo da Variação e Mudança Linguísticas (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006; LABOV, 1994, 2001, 2008), concebem a língua como uma realidade dinâmica e multifacetada, em constante “fazimento”, tal como propunha Coseriu (1979), e que, portanto, é entendida como um conjunto de variedades resultantes

[...] das peculiaridades das experiências históricas e socioculturais do grupo que a usa: como ele se constitui, como é sua posição

²⁷¹ UFTM, Uberaba (MG), Brasil. E-mail: juliana@ielachs.uftm.edu.br

²⁷² UFU, Uberlândia (MG), Brasil. E-mail: talitamarine@ileel.ufu.br

²⁷³ Apoio CNPq / Processo 476810/2010-8.

na estrutura socioeconômica, como ele se organiza socialmente, quais seus valores e visão de mundo, quais suas possibilidades de acesso à escola, aos meios de informação, e assim por diante (FARACO, 2005, p.32).

Por isso, a heterogeneidade é a preocupação central da Sociolinguística, visto que essa teoria tem como objeto de estudo a diversidade linguística e o uso da língua no seu contexto social, procurando o entendimento dos mecanismos de variação e mudança, do ponto de vista intra- e extralinguístico.

Logo, “a língua não pode mais ser definida como um espaço lógico e abstrato de possibilidades, pré-existente à ação, e que a ação apenas atualizaria” (MONDADA, 1998, p. 132), afinal, como destaca Marcuschi (2007, p.96), “a língua não pré-existe; ela se dá emergencialmente nas situações concretas de uso”.

Diante disso, embora as culturas que operam com a escrita desenvolvam um padrão de língua codificado em gramáticas, cultivado por grande parcela dos letrados e ensinado pelas escolas, adquirindo, assim, um estatuto de estabilidade e permanência maior do que as outras variedades da língua, isso tudo se constitui apenas como um “refreador temporário de mudanças” (FARACO, 2005, p.15), mas não como um inibidor, uma vez que a variação e a mudança são inerentes à língua.

Entretanto, essa mutação não lhes tira seu caráter sistêmico, ou seja, “as línguas mudam, mas continuam organizadas e oferecendo a seus falantes os recursos necessários para a circulação dos significados” (FARACO, 2005, p.14). Justamente por isso, os falantes, em geral, não têm muita consciência de que a língua está mudando, uma vez que as mudanças ocorrem de maneira bastante lenta, atingindo sempre partes e não o todo da língua (cf. FARACO, 2005).

Segundo a perspectiva variacionista dos fenômenos da linguagem, os processos de variação se iniciam nas interações orais, cotidianas e coloquiais dos falantes de uma mesma comunidade, desenvolvendo-se a partir da correlação entre as formas alternantes e fatores tanto de natureza linguística, como extralinguística. Assim, a mudança nasce *na* e *da* variação em situações de fala menos formais, uma vez que nessas situações o falante tende a se ver livre de “pressões normativas”, refletindo sua linguagem usual – o vernáculo, tal como definido por Labov (2008).

Diante disso, embora estudos de fenômenos de variação e mudança linguísticas, em uma perspectiva de longo prazo, também possam utilizar como *corpus* textos de língua falada como um ponto de partida, vão naturalmente exigir a ampliação do estudo para momentos anteriores na história da língua, período este que não é possível recorrer à análise da língua falada. Fica-se, assim, destinado para os estudos diacrônicos, o estudo dos fenômenos da variação e mudança em textos escritos.

Seguindo parcialmente essa tradição, acreditamos que o uso de *corpus* favorece a realização de descrições linguísticas de base empírica e permite a reflexão sobre questões teóricas fundamentadas em usos reais da língua (cf. BARBOSA e MARINE, 2007). Entretanto, a essa noção, acrescentamos a de que tanto em pesquisas sincrônicas, como em diacrônicas, o relevante não é, necessariamente, a modalidade (oral ou escrita) escolhida, mas, sim, o tipo e o gênero textual que se utiliza para uma dada observação/descrição linguística.

Nesse sentido, além de recursos tecnológicos para construirmos e/ou utilizarmos um dado *corpus*, devemos também conhecer o tipo e o gênero textual com que estamos trabalhando, já que cada um deles apresenta peculiaridades que implicam não apenas em aspectos estruturais caracterizadores, mas também em tipos de tema mais recorrentes, grau de formalidade – fator este, cuja observação tem se mostrado fundamental aos estudos variacionistas –, intenção, entre outros. E, o conhecimento dessas características conduz o pesquisador a um caminho mais adequado no tratamento do texto utilizado como *corpus*, seja

este oral ou escrito, o que, por sua vez, possibilitará uma análise mais pertinente do objeto de estudo do linguista.

Assim, de acordo com Marine (2009), aplicar o modelo teórico-metodológico laboviano em textos escritos deve ser incentivado, pois se fenômenos linguísticos em variação puderem ser observados na escrita, isso se constituirá como forte indício de um estágio avançado de variação, quiçá de mudança. Afinal, como ressalta Faraco (2005, p.26), as mudanças linguísticas

[...] costumam se desencadear na fala informal de grupos socioeconômicos intermediários; avançam pela fala informal de grupos mais altos na estrutura socioeconômica; chegam a situações formais de fala e só então começam a ocorrer na escrita (FARACO, 2005, p.26).

Todavia, um dos obstáculos para quem realiza pesquisas sobre épocas passadas da língua é o da formação de um *corpus* que contemple uma documentação representativa da época desejada (LABOV, 1972). Embora o pesquisador procure, com rigor filológico, linguístico e histórico escolher textos que sejam testemunhos fiéis de uma época, muitas vezes isso não é possível.

Pensando em tais questões e com o intuito de recuperar aspectos de sincronias passadas do Português Mineiro de Uberaba (MG) e Uberlândia (MG), entendemos como uma importante fonte para pesquisas de cunho variacionista, a chamada “língua/linguagem da imprensa”. Nesse sentido, a montagem de um *corpus* a partir de textos jornalísticos, mostra-se bastante interessante, uma vez que permite, por exemplo, a realização de estudos acerca de fenômenos em variação linguística, precursores, como se sabe, de reanálises gramaticais.

Além disso, os jornais também são um excelente material para a recuperação de aspectos sociais, históricos, econômicos, políticos, científicos, psicológicos, culturais - entre tantos outros - de uma época. Com base nessas observações, pretendemos apresentar a organização de um banco de dados composto dos seguintes jornais de Uberaba: “Lavoura e Comércio”, “Correio Católico”, “A Gazeta” e “Jornal de Uberaba”, bem como o “Correio de Uberlândia”, jornal uberlandense fundado no final da década de 1930 e que circula até hoje, de maneira ininterrupta.

Cabe ressaltar que, com a montagem desse *corpus*, buscamos possibilitar a realização de pesquisas que contribuam para o levantamento de características do Português Mineiro de Uberaba, Uberlândia e região e, conseqüentemente, para a construção da história do Português Brasileiro.

3. Resgate de documentos antigos, montagem de corpora e memória de um povo

Partindo das concepções descritas acima, focalizamos neste artigo, como já mencionado, discussões que envolvem a montagem de banco de dados composto pelo suporte “jornal”. Entretanto, antes de apresentarmos a metodologia utilizada para montagem desse *corpus*, é relevante destacar que sempre que nos referirmos à “memória”, estamos focando - no contexto histórico atual, em que estão presentes os avanços tecnológicos - o registro de um conjunto de informações, quais sejam: os documentos e representações que podem ser consultados, servindo de memória social ou memória de longo prazo. Assim, quando estamos montando um *corpus* para pesquisas linguísticas de sincronias passadas, também estamos colaborando para a preservação do patrimônio cultural brasileiro, isto é, para a preservação da memória cultural de um povo.

Cabe lembrar que na a Legislação Ordinária do Tombamento (lei 25, de 30.11.37), no capítulo 1, artigo 1, encontramos para “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”, a seguinte definição: “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja do

interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnológico, bibliográfico ou artístico”. Acrescentando a essa definição, temos ainda a nossa Constituição de 1988 que estabelece, no artigo 216, que:

constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; [...].

Com base nessas definições de patrimônio cultural e, principalmente, da ideia de preservar “formas de expressão”, mencionada na Constituição de 1988, acreditamos que o jornal constitui um rico patrimônio cultural para a humanidade e, portanto, deve ser conservado.

Além disso, no suporte “jornal” circulam diferentes gêneros textuais, o que nos permite trabalhar, como já destacado anteriormente, com a noção de estilo/grau de formalidade e realizar estudos de fenômenos em variação linguística, precursores de reanálises gramaticais.

4. A montagem do banco de dados composto por jornais de Uberaba e Uberlândia: final do século XIX e começo do século XX

Inicialmente, nosso trabalho busca a digitalização de jornais do final do século XIX e da primeira metade do XX, publicados na cidade de Uberaba e Uberlândia. É importante destacar que parte do material encontra-se no Arquivo Público dessas cidades, apenas organizado em pastas. Muitos deles se encontram em fase avançada de deterioração e não podem ser consultados pela comunidade; outros, pertencem a colecionadores e, se não forem digitalizados (com as devidas autorizações), continuarão restritos a olhares de um único indivíduo. Sendo assim, por meio da digitalização desses jornais, buscamos organizar um arquivo digital que possa preservar importantes informações que, com o decorrer do tempo, podem se perder para sempre.

Assim, partindo das discussões já expostas neste artigo e visando colaborar com o resgate da Língua, cultura, história e sociedade de Uberaba e Uberlândia, em 2011 iniciamos a montagem do arquivo digitalizado, de acordo com as seguintes etapas de execução do trabalho:

a) **pesquisa de material e revisão bibliográfica:** foram realizadas consultas a bibliotecas – da Universidade do Triângulo Mineiro (UFTM), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e também nas Bibliotecas Municipais - , ao Arquivo Público de Uberaba e Uberlândia, além de consultas a alguns moradores que possuem coleções particulares (exemplares de jornais antigos em suas casas), visitas a sebos e consultas a *sites* na Internet;

b) **seleção de jornais:** escolhemos o material a ser digitalizado, priorizando os mais antigos, deteriorados devido ao “passar do tempo”, focalizando, especialmente, em dois jornais, dada a sua circulação ininterrupta: “Lavoura e Comercio”, de Uberaba, e “Correio de Uberlândia”, de Uberlândia. Abaixo, apresentamos duas imagens de exemplares dos referidos jornais já digitalizados:



Imagem 1. Exemplar de jornal digitalizado (“Lavora e Comércio”, Uberaba-MG)



Imagem 2. Exemplar de jornal digitalizado (“Correio de Uberlândia”, Uberlândia-MG)

c) **processo de digitalização:** cada página do jornal é transformada em imagem (formato JPEG) por meio de câmeras fotográficas profissionais, financiadas pelo projeto, e/ou escâneres de boa qualidade. Cabe mencionar que é considerada uma boa imagem, quando ao serem ampliadas, conseguimos ler as notícias na tela do computador. Esse processo visa à conservação e preservação da memória de uma época;

d) **edição dos jornais:** após digitalização, os jornais são editados, sendo as suas imagens clareadas, retirada de brilho e de algumas imperfeições. Para isso, foi necessária a compra de *softwares* especializados que auxiliassem na edição das imagens;

e) **armazenamento das imagens:** as imagens foram armazenadas no computador (em HDs externos) e organizadas em várias pastas (por nome de jornal, ano, mês e número);

f) **conversão em PDF:** nessa etapa, estamos arquivando os jornais, um por um, em arquivos no formato PDF. A ideia é que, posteriormente, quando esse material for

disponibilizado para a comunidade em geral, uma pessoa possa escolher e abrir um arquivo com o jornal que deseja, com a data, o mês e a edição que seja de seu interesse.

Por fim, é importante destacar que esse material também ficará disponível nos Arquivos Públicos de Uberaba e Uberlândia, assim como nos laboratórios de pesquisa da UFTM e da UFU. Dessa forma, objetivando amplo acesso ao material, possibilitaremos que o mesmo seja utilizado para pesquisas (sócio)linguísticas e de outras áreas das Ciências Humanas.

5. Palavras Finais

Por tudo que expusemos neste artigo, acreditamos que estudar os jornais de uma dada época é algo inesgotável, pois sempre teremos um ponto diferente para acrescentar. Logo, o resgate desses documentos antigos se justifica na medida em que os jornais:

(i) são, em sua maioria, únicos, praticamente não possuem muitos exemplares, pois já se perderam ao longo do tempo;

(ii) abordam temas da vida (nascimento, morte, notícias, pedidos, ordens etc.), e qualquer que seja o assunto, de alguma forma, sempre causam impacto no destinatário;

(iii) representam escritos que se valorizam ao marcar, mais do que outros textos, a peculiaridade da escritura do jornalista.

Esperamos, assim, contribuir para preservação do patrimônio cultural das cidades de Uberaba e Uberlândia e, conseqüentemente, do Brasil, possibilitando que esse material, assim como nossa história, não se perca com o passar do tempo.

Além disso, buscamos estimular a realização de outras pesquisas acadêmicas, já que o arquivo de jornais dos séculos XIX e XX das cidades de Uberaba e Uberlândia poderá servir como *corpus* para vários trabalhos acadêmicos, como, por exemplo, trabalhos de final de curso (monografias), artigos, trabalhos de especialização, dissertações ou teses nas mais diversas áreas das Ciências Humanas, sobretudo na Linguística (principalmente, Linguística Histórica, Sociolinguística e Análise do Discurso).

Referências Bibliográficas

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Brasileira. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 10 nov. 2011.

BARBOSA, Juliana Bertucci; MARINE, Talita de Cássia. O uso das cartas como *corpus*: uma nova possibilidade às Ciências Humanas. *Anais do V Encontro de Linguística de Corpus*, São Paulo, p.01-18, 2007.

COSERIU, Eugênio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança lingüística*. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/São Paulo: EDUSP, 1979.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Parábola, 2005.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change: internal factors*, v. 1, Cambridge, Massachusetts/Oxford, Blackwell Publishers, 1994.

LABOV, William. *Principles of Linguistic Change: social factors*, v. 2. Massachusetts/Oxford, Blackwell Publishers, 2008.

MARCURSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de recontextualização*, 8ª ed. São Paulo, Cortez, 2007.

MARINE, Talita de Cássia. *O estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos demonstrativos no português contemporâneo*. 220 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2009.

MONDADA, Lorenza. De l'analyse des représentations à l'analyse des activités descriptives en contexte. *Cahiers de praxématique*, 31, p.127-147, 1998.

SINCLAIR, John. *Corpus, Concordance, Collocation*, Oxford, Oxford University Press, 1991.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William and HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In W. Lehmann and Y. Malkiel (organizers), *Directions for historical linguistics: a symposium*, Austin-London, University of Texas Press: 95-199, 1968.

OS USOS DO VERBO CHEGAR NO ‘FLOS SANCTORUM’

Carmen Maria FAGGION (UCS)²⁷⁴

Resumo: Este trabalho analisa os usos do verbo chegar na obra *Flos Sanctorum*, do século XIV, a partir do texto de Machado Filho (2009). A base teórica é auferida em trabalhos sobre sintaxe e semântica e estudos sobre o verbo *chegar* (como Menezes, 2005; Godoy, 2008; Fortunato, 2009). O método consiste na coleta das instâncias do verbo na obra, seguindo-se análise. O significado mais frequente de *chegar* na obra é ‘atingir determinado ponto no espaço’, com sujeito animado preposto ao verbo (quando não elidido), havendo também o significado de ‘aproximar-se’, além de outros com menor número de ocorrências.

Palavras-chave: História da língua portuguesa. Mudança linguística. Verbo chegar.

1. Introdução

Fazendo parte de um estudo mais amplo sobre a história do verbo *chegar*, este trabalho pretende analisar os empregos sintáticos, os verbos auxiliares e os significados que esse verbo específico assume na obra *Flos Sanctorum*, com base na edição interpretativa denominada *Um flos sanctorum trecentista em português* (MACHADO FILHO, 2009).

A base teórica para a análise sintática é auferida em Henriques (2009) e Othero (2008), e para a análise semântica são seguidos os papéis temáticos presentes em Cançado (2011). Para a análise do verbo, levam-se em conta trabalhos já feitos sobre *chegar* (MENEZES, 2005; GODOY, 2008; FORTUNATO, 2009).

O método consiste na coleta de todos os empregos de *chegar* da obra *Flos sanctorum*, seguidos de análise. Os significados de *chegar* serão reunidos sob as seguintes rubricas: (1) atingir um ponto no espaço; (2) atingir um ponto no espaço, não declarado; (3) atingir um ponto virtual; (4) aproximar-se; (5) alguma coisa vir a ocorrer.

Sobre a obra *Flos Sanctorum*, diz Machado Filho (2009, p. 19): “é um documento fragmentário, de caráter hagiográfico, escrito em pergaminho, paleograficamente datável do século XIV”. E acrescenta que faz parte do acervo da Divisão de Coleções Especiais da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, desde 1964. É constituído de 81 folhas. Sua história no Brasil é reconstituída criteriosamente por Machado Filho (2009, p. 19-20), mas “sua história mais remota, assim como sua origem de produção, são ainda uma incógnita” (MACHADO FILHO, 2009, p. 20). O autor aduz ainda que, pelos indícios paleográficos, o texto é “uma cópia de outra versão desaparecida já anteriormente escrita em *linguagem* e não de uma cópia direta de um original latino” (MACHADO FILHO, 2009, p. 22).

Dessa forma, a obra *Flos Sanctorum* foi escolhida para representar um estágio do português medieval, permitindo o acompanhamento do uso do verbo *chegar* nesse momento específico da história da língua.

2. O verbo *chegar*²⁷⁵

²⁷⁴ Doutora em Letras pela UFRGS, professora do Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, Brasil. E-mail: cmfaggion@ucs.br

²⁷⁵ Nesta seção, retomam-se, com modificações, alguns conceitos já desenvolvidos em Faggion 2012 a e Faggion 2012 b.

O verbo *chegar* provém do verbo latino *plicare* ('dobrar'). Sabe-se que os marinheiros dobravam as velas quando o barco já estava próximo a atingir o porto. Portanto, o ato de dobrar indicava que se havia atingido o destino. Num processo natural, logo a seguir, por metonímia, o verbo passou a indicar o próprio ato de atingir o destino.

Chegar desenvolveu muitos significados a partir do original. Muitos são os significados atuais desse verbo. O Dicionário Houaiss Online, por exemplo, elenca vinte acepções. *Chegar* desenvolveu sentidos metonímicos e também metafóricos. Novos sentidos permitiram ou exigiram novas construções sintáticas.

Em análises semântico-sintáticas, vários estudiosos sistematizaram a rede de significações que o verbo *chegar* assume, como veremos a seguir.

Mateus et al. (2003, p. 196) configuram o verbo como de ação dinâmica, pressupondo mudança de estado. Assinalam que é compatível com imperativo e pode responder à pergunta "o que aconteceu?". Fortunato (2009, p. 49) aponta seis áreas relacionais de significação desenvolvidas por esse verbo: lugar abstrato, tempo, cognição, emotividade, relações e padrões sociais.

Nida (1975, p. 19) coloca *chegar* (na verdade, o verbo inglês *arrive*) como um verbo de movimento intermediário: nem o sentido geral (*move*), nem os sentidos específicos (*walk, run, skip, jump, etc.*).

Talmy (2000, cap. 7) apresenta o conceito de dinâmica da força (*force dynamics*) na linguagem, inclusive na estrutura gramatical em si. Essa dinâmica permitiria definir ações, estas semanticamente expressando tanto a ideia de "deixar acontecer" (*letting*) como a ideia de "causar" (*causing*). Observe-se que o significado do verbo *chegar* parece ir além da ação humana em si, da volição: *Cheguei lá às sete horas* pode indicar que houve esforço para isso, mas também pode indicar que houve outros aspectos interferentes, tais como trânsito, obstáculos, atraso ou adiantamento de meios de transporte, etc. Não é só a vontade e a ação que fazem alguém chegar a algum lugar.

Analisando os verbos de movimento, Fortunato (2009, p. 41) mostra que se dividem em dois tipos: sem deslocamento (como acenar, pisar) e com deslocamento. Estes últimos podem ser ativos (como andar, ir, nadar, afastar-se) ou não ativos (como cair, resvalar). A autora esclarece ainda que podem indicar movimento voluntário ou involuntário (FORTUNATO, 2009, p. 41-42). Ainda segundo a autora, os elementos que constituem o movimento são o espaço, a trajetória com uma origem e uma meta, a entidade que se move e uma mudança de estado por parte dessa entidade.

Observa-se que, a cada argumento, corresponde um papel temático. Segundo Cançado (2012, p. 107), papéis temáticos são relações semânticas estabelecidas entre os verbos e seus argumentos (sujeitos e complementos). Cançado arrola os seguintes tipos de papéis temáticos: Agente, Causa, Instrumento, Paciente, Tema (a entidade deslocada por uma ação), Experienciador, Beneficiário, Objetivo, Locativo, Alvo, Fonte (CANÇADO, 2012, p. 107-108).

Assim, exercitando para o sujeito de *chegar* os papéis temáticos apresentados por Cançado (2011), diríamos que esse sujeito não é Agente, mas Experienciador, ou Tema²⁷⁶. O sujeito de *chegar* pode pretender atingir determinado ponto, mas pode se deparar com elementos intervenientes. Ou seja, estaria guardado um sentido original do verbo: os marinheiros dobram as velas, mas é a força do vento, ou da inércia, ou dos remadores, que faz o navio atracar. Há um intervalo entre a ação humana e o objetivo. Há uma trajetória. O que nos remete a outro trabalho de Talmy (1985, p. 59), em que a noção de trajetória (*path*) permite um intervalo em que outras forças podem intervir, e a intencionalidade pode ficar

²⁷⁶ Ainda há necessidade de mais investigação sobre isso.

comprometida. Para Fortunato (2009, p. 45), no verbo *chegar*, a trajetória “é deixada de lado e o foco está na meta, esteja ela presente ou não no enunciado”.

Percebe-se que o primeiro adjunto (também chamado complemento) a aparecer junto ao verbo *chegar*, por sua etimologia, seria o locativo²⁷⁷. Às vezes, este não é declarado.

A respeito da ausência de adjunto, Menezes (2005) assinala que sua supressão indica que o ponto de chegada, ou de saída, será o lugar em que está o falante. Na ausência, a referência é o falante.

A autora complementa ainda que *chegar*, por ela definido como verbo da Classe 3, admite a representação sintática de parte da trajetória; apresenta locativo afetado; e é verbo do tipo achievement, ou seja, verbo de um momento único (MENEZES, 2005, p. 52).

Se tivéssemos que fazer uma síntese, diríamos que *chegar* é um verbo em que alguém ou algo atinge um determinado ponto; se não houver especificação, esse ponto pode ser o lugar em que está o falante. Mateus et al. (2003, p. 196-197) o definem como um verbo de culminação, já que é dinâmico, pressupõe mudança de estado, é compatível com imperativo e pode responder à pergunta *o que aconteceu?* Quando o sujeito de *chegar* for animado, pode ser que se trate de uma ação ativa e voluntária. Contudo, não se pode esperar que seja efetiva: pode haver algo que impeça sua concretização.

O verbo *chegar* tem, portanto, a característica de denotar uma última etapa de um percurso, o fato de que foi atingido um determinado ponto.

Para fins de sistematização, reunirei a seguir significados a partir de usos sintáticos. Assim, será possível verificar que significados o verbo *chegar* tem quando seguido da preposição *a*, ou *de*, e os tipos de complemento ou adjunto.

2.1. Chegar mais preposição *a*

Assumo que os novos significados de chegar desenvolveram-se, inicialmente, do lugar concreto para o lugar abstrato (e.g. *chegar ao porto*, concreto > *chegar ao delírio*, abstrato). *Chegar* admite muitos adjuntos, e o mais antigo, o locativo, pode ser considerado complemento (e.g. *cheguei a/em Porto Alegre; aqui; na escola*), visto que a frase não se constrói sem ele, no sentido de que é essencial à compreensão discursiva da frase. Mesmo estando implícito, o locativo complementa o verbo. Os outros adjuntos são opcionais, no sentido de que aparecem em algumas frases e não em outras. Por exemplo, *Cheguei aqui (cedo/tarde; rapidamente; apesar do trânsito; etc.)*.

Também podemos chegar a um ponto no tempo (*cheguei ao domingo ainda com febre*) e a uma experiência (*cheguei a chorar*).

Há também a acepção de ‘aproximar-se’ de um lugar, de uma coisa ou de uma pessoa: *chegou-se à janela, chegou-se à cadeira, chegou-se ao avô*. Trata-se de um uso, ao que se observa, pronominal. E não há a ideia imanente de ‘atingir determinado ponto’, mas a ideia de alcançá-lo, cercá-lo, fixar-se nas imediações.

Observe-se que a preposição *a*, no português não padrão, é substituída pela preposição *em* quando o ponto atingido é um lugar físico (*cheguei no colégio, em Porto Alegre*).

2.2. Chegar mais *de*

Com o verbo *chegar* seguido da preposição *de*, várias noções podem ser expressas. Podemos concluir alguma trajetória física (*cheguei de São Paulo*) ou virtual (*chega de nota baixa, agora vou estudar*), ou podemos dar fim a um estado (*chega de sofrer*) ou ação (*chega*

²⁷⁷ Utilizo os termos *adjunto* e *complemento* no mesmo sentido empregado por Luft (2000), Henriques (2008), Othero (2009) e Raposo (1992).

de trabalhar por hoje). Ou seja, verifica-se a culminância de uma ação, a partir da qual se encerra uma trajetória.

2.3. Chegar, sem complemento

Pode surgir um tempo (*está chegando a hora, a hora dele chegou*), um ser (*chegou um primo*), um estado de coisas (*chegou a estação das chuvas*).

Vamos lembrar que, quanto à ausência de adjunto, Menezes assinala que sua supressão indica que o ponto de chegada, ou de saída, será o lugar em que está o falante. Na ausência, a referência é o falante (MENEZES, 2005, p. 52).

2.4. Outros

Atualmente há muitos significados regionais (*foi chegando*, no sentido de ‘foi-se aproximando’, *vou chegando*, no sentido de ‘vou embora’, *ele é muito chegado*, no sentido de ‘ser muito próximo’, *ele é chegado numa cachaça*, no sentido de ‘gostar muito’, etc.). Entre os jovens, há um uso que indica abordagem: *Fulano é do tipo que vai chegando* (isto é, aproxima-se para falar com as moças). E há também um uso adjetivo: *ela estava usando um vestido muito cheguei* (isto é, muito chamativo). Naturalmente, nenhum desses significados aparece no texto trecentista.

Os diferentes significados coexistem e verificam-se diferentes configurações sintáticas.

3. Os usos de *chegar* no *Flos Sanctorum*

3.1. Atingir um ponto no espaço

Foram anotadas trinta e sete instâncias de *chegar*, no *Flos Sanctorum*, com essa acepção. O locativo geralmente aparece expresso, designado por um substantivo concreto, como *moesteiro*, ou abstrato, como *logar*, ou pelo advérbio interrogativo *hu* (‘onde’), ou por advérbios como *hi* (‘aí’). Transcrevemos alguns exemplos.

- (1) Chegamos a Nitrea em huu logar avondado de moestyros. (p. 53)
- (2) Tanto que chegamos a aquel logar (p. 53)
- (3) ... chegou ao moesteiro que de suso vos havemos dicto (p. 59)
- (4) ... e que nom chegarom ainda hu el-rey era (p. 60)
- (5) E quando hi chegarom, decerom-no do esteo e poserom-no sobr’uu altar que estava a seu pee. (p. 77)
- (6) E quando chegamos a aquela arvor, hu nos nosso hospede levou, achamos hi huu leom. (p. 104)
- (7) ... em guisa que todolos pobres e todolos romeos e todolos enfermos que ali chegavam haviam todas aquelas cousas que mester haviam, assi pera os corpos, como pera as almas (p. 132)

Verifica-se um uso com a preposição *ata* (‘até’):

- (8) E viinham pela ponte e chegarom ata a porta. (p. 128)

Neste emprego, todas as ocorrências de *chegar*, no *Flos Sanctorum*, têm um sujeito animado. Ele é sempre preposto ao verbo, quando aparece (às vezes está subentendido, ou por ser pronome, ou por já haver sido anteriormente expresso).

3.2. Atingir um ponto no espaço, não indicado

Há dez ocorrências. Seguem alguns exemplos.

- (9) ... chegou o fruto de sa obra (p. 60)
- (10) E estando em dulta e ñ sabendo de quaes colher, chegou hua besta brava que havia nome Dorca e começou a comer daquelas ervas que naciã per essa area. (p. 106)
- (11) E dementre eles esto deziam e guysavam aquelas cousas que sã ditas, chegou hua grande companha d'omeens vestidos de vestiduras brancas com ouro e com pedras preciosas e trágiam nas cabeças coroas muyto esplendentes. (p. 118)
- (12) [duas naves grandes, que eram da eigreja] chegarom de Cecilia (p. 192)
- (13) Ao cabo de muytos dias, veo Decio, emperador, aa cidade de Epheso e sol que chegou mandou aos maiores e aos milhores que eram na cidade que sacrificassem [a]os ídolos (p. 245)

Lembramos que, para Menezes, a supressão do adjunto indica que o ponto de chegada, ou de saída, será o lugar em que está o falante; na ausência, a referência é o falante (MENEZES, 2005, p. 52). Em vista dos exemplos acima, poderíamos acrescentar que, especificamente no discurso narrativo, a referência pode ocorrer por remissão a outros termos do texto. Em (12), por exemplo, a besta chegou ao lugar onde estava o personagem. O mesmo ocorre em (13). Em (15), o lugar a que o imperador chegou é a cidade de Êfeso, já mencionada no texto. A própria tessitura, portanto, o próprio caráter coesivo inerente ao texto, pode ser indicador do lugar de chegada.

Com essa acepção, sem indicação de lugar, há três frases com sujeito preposto, três com sujeito subentendido e quatro com sujeito posposto. Seria preciso analisar outros textos da mesma época para formular uma hipótese a respeito disso. Mas é interessante observar que a falta do locativo, ou do adjunto adverbial, deu ensejo a uma movimentação do sujeito em relação ao verbo, permitindo-lhe ocupar o lugar que seria do argumento interno.

Verificamos que o sujeito é animado, com exceção da frase (9).

3.3. Atingir um ponto virtual:

Há uma ocorrência.

- (16) ...assi que nenhuu dos padres ñ chegou aa tã gram saber (p. 55)

Como se pode verificar, há apenas um uso de ponto de chegada abstrato. O sujeito é humano e está preposto ao verbo.

3.4. Aproximar-se de uma pessoa, de uma coisa, de um lugar ou da Divindade

Consignaram-se vinte e quatro registros. Seguem alguns exemplos, separados conforme a presença ou não do pronome.

3.4.1. Verbo pronominal (chegar-se)

São quinze ocorrências. Exemplos:

- (17) ... assi que neguu ñ se podia chegar a ela polo maa odor (p. 56)

- (18) ... nenhuu dos frades grandes nõ se ousava chegar a ele (p. 59)
- (19) E pois que o houverom posto no féretro, chegarom-se os frades e o bispo de Jerusalem que hi era. (p. 69)
- (20) E porque o enmiigo ha enveja contra todos aqueles que se a Deus chegam punha quanto mais pode de o haver contra sa parte. (p. 80)
- (21) Ele chegou-se aa palmeira e filhou do fruyto da palmeira e deytou-o ao leom. (p. 104)

3.4.2. Verbo sem pronome:

Há nove instâncias. Exemplos:

- (22) E quando chegou a seus companheiros (p. 57)
- (23) ... estas novas chegarom a el-rey (p. 60)
- (24) ... e quando nós chegamos a sã Nono (p. 65)

Com ou sem pronome, os sujeitos são animados, quase sempre humanos, com quatro exceções. Em três delas, o sujeito é *novas* ('notícias'), como em (23). A outra ocorrência é com um substantivo igualmente abstrato, "a oração":

- (25) Mas a oraçõ do sancto abade Antioco chegou a nostro senhor e doeu-se Deus deles e soltou-os do carcer e sayu-se ende de noyte e foy pera o outro que jazia doente e filhou-o em seus ombros porque nõ podia andar, ca aquele fora o primeiro que dissera que se sayssem do moesteiro, e levou-o alá. (p. 101)

Nesse sentido de 'aproximar-se', sendo ou não pronominal o verbo, o sujeito está geralmente preposto. Além do exemplo (19), acima, são as seguintes as outras ocorrências de sujeito posposto:

- (26) Er chegarom-se os homens daquela provincia e fezerom-lhi outra de trinta covedos e ali morou quatro anos (p. 73)
- (27) Viindo huu domingo este patriarcha sancto aa eigreja, chegou-se a el huum homem que fora muy rico (p. 195)
- (28) E pois lhi esto disse e el se foy triste e sem aquelo que demandava, chegarom novas ao patriarcha sancto que duas naves grandes, que eram da eigreja (...) (p. 192)

Aparentemente não é o critério de autonomia que preside ao posicionamento do sujeito, visto que em (19), (26) e (27) o sujeito é humano, e em (28) é abstrato. Em três dos exemplos, a oração que contém o verbo *chegar* não aparece em início de período, é segunda oração, embora seja a principal. No outro caso, a oração é iniciada pela palavra *er* ('de novo', 'além disso', 'aliás', segundo Silva, 2007, p. 123), que age como um modificador. Ao que esses exemplos indicam, havendo outro elemento, oracional ou não, em posição inicial, o sujeito pode ocupar outra posição.

3.5. Alguma coisa vir a ocorrer

Com esse significado, o verbo aparece sete vezes. Vou transcrevê-los todos.

- (33) E quando se chegou o tempo de sa morte filhou-o hua maleita (p. 60-61)

- (34) Depois desto ha muy gram tempo aveo assi que o dia em que houve de morrer se chegou. (p. 76)
- (35) Senhor veeey como esta molher é chagada e ja é chegada a morte. (p. 112)
- (36) Mas tanto que chegava o inverno yam-se todos e ficava eu soo enserrado e coyado a morte de lazeyra (p. 113)
- (37) Sabi, Filho, que se chega o tempo da mha morte (p. 144)
- (38) ... mais prougue-lhi com a sa morte que se chegava per razõ do poderio temporal que havia d'aver (p. 144)
- (40) ...entendendo que se chegava o tempo da as morte (...) (p. 242)

O que se verifica é que em todos os exemplos o que vem ocorrer é a morte, seja como “o tempo”, seja como “o dia”, seja como “a morte”. Coincidência ou uso específico? Assim, o sujeito é sempre abstrato e aparece cinco vezes posposto e duas vezes preposto. Nas duas vezes em que o sujeito aparece antes, o verbo ocorre em oração subordinada – temporal em (33), adjetiva em (38) – mas também ocorre sujeito posposto em orações subordinadas, como (40), portanto o critério, que já provou ser efetivo em outras análises (v. Faggion, 2006), aqui não é produtivo.

Nesse corpo de exemplos ocorre o único caso de uso de auxiliar formando tempo de pretérito, e o auxiliar é *ser*, como se pode verificar em (35).

Vale a pena revisitar a questão dos verbos auxiliares.

Nas línguas românicas, o pretérito perfeito desenvolveu-se, a partir do latim, em um tempo simples, que é o usado em português na fala habitual, mas só é empregado na escrita ou no discurso formal em outras línguas românicas, como francês e italiano.

Conforme já visto em Faggion (2013 c), nessas duas línguas desenvolveram-se dois verbos auxiliares. Assim, em francês se diz *j'ai marché* ('caminhei'), com auxiliar *avoir*, mas *je suis allé* ('fui', com falante masculino) ou *je suis allée* ('fui', com falante feminina), com auxiliar *être*; o mesmo ocorre em italiano (*sono andato, sono andata*). Em português, o auxiliar (que seria mais usado no mais-que-perfeito) é sempre *ter*, ou seu equivalente mais erudito *haver*: eu tinha caminhado, eu tinha ido (e não *era ida).

O diferente estatuto dos auxiliares já havia sido assinalado por Lausberg (1974).

Para esse autor (LAUSBERG, 1974), o que define o auxiliar dos verbos é, num primeiro momento, a transitividade verbal. Portanto, *habeo*, que tem necessidade de um objeto, não serve para a construção do pretérito perfeito de verbos intransitivos; estes, por analogia, tomaram o auxiliar que designa um estado, *esse* ['ser'], e.g. *natus sum* > it. *sono nato, sono nata*, fr. *je suis né, jê suis née* (cf. Lausberg, 1974, p. 412). Diz o autor:

Mas por outro lado havia em românico a possibilidade de fazer com que *habere*, empregado para verbos transitivos sem complemento directo, passasse a ser empregado com verbos intransitivos. Concorrem, portanto, para a construção do perfeito dos verbos intransitivos ambos os verbos auxiliares *habere* e *esse*. Esta luta de concorrência tem diversos resultados nas diversas línguas. (LAUSBERG, 1974, p. 412)

Lausberg (1974, p. 412) especifica os diferentes resultados:

Em romeno, catalão, espanhol e português vence o verbo *habere*, que entra portanto na construção de todos os verbos intransitivos, sendo em português, por sua vez, o verbo *habere* substituído pelo verbo *tenere*. (LAUSBERG, 1974, p. 412)

O autor apresenta ainda o que ocorre nas outras línguas. Em italiano, sardo, francês e provençal (e outras que o autor cita), os verbos intransitivos dividem-se em áreas de *esse* e de

habere. Contudo, “a distribuição lexical de ambas as áreas não é uma nas diferentes línguas” (LAUSBERG, 1974, p. 412), sendo comum a todas o uso de *esse* como auxiliar nos verbos de ação pontual, e.g. it. *sono venuto*, sardo *bénnidu so*, fr. *je suis venu*, provençal *soi vengutz*. Já nos verbos que não são pontuais, a escolha não é igual em todas as línguas (cf. Lausberg, 1974, p. 412).

É importante assinalar, pois, que, nessa única ocorrência de auxiliar com o verbo *chegar*, no texto trecentista, o auxiliar é *ser*, e não *ter* ou *haver*. Ainda não havia vencido (para usarmos o termo de Lausberg) o verbo *habere*.

3.6. Outros significados

Um uso muito interessante se observa em (41). Um homem de Deus salva da morte, através da oração, uma mulher em grande perigo “ca ela era de pouco casada e emprenhou e a criatura morreu no ventre” (p. 124). Salva, a mulher não poderá mais engravidar:

- (41) ... e entregou-a saa e salva a seu marido e mandou-lhi que dali em diante nunca se chegasse a homem que do mundo fosse. (p. 125)

Se ficou alguma dúvida, na página seguinte o autor diz que viveram em castidade. Fica o registro de que o verbo *chegar(-se)* assume outra acepção (metonímica), a partir do sentido de ‘aproximar-se’: passa a ser sinônimo de *conhecer*, no sentido bíblico.

Verificam-se também alguns adjetivos deverbais:

- (42) ... a um lugar mais chegado daí hu morava... (p. 166)
 (43) E em cima de seu tempo fezera cavalarias novas e mais chegadas a Deus que ante fezera (p. 242)
 (44) Mas muy juntos e muy chegados em caridade e em amor. (p. 53)

Finalmente, deixo assinalada uma instância que deixa dúvida sobre a significação assumida pelo verbo, pois não se sabe se o copista incorreu em lapso de concordância ou de regência:

- (45) e Deus que vyo as boa voontade fez que chegassem logo o clérigo (p. 198)

4. Considerações finais

Os resultados da análise mostram ser o sentido mais frequente do verbo aquele em que significa ‘atingir determinado ponto’, quase sempre seguido da preposição *a*, e com sujeito humano: *E assi errando per desviados logares e ño conhecidos, chegou ao moesteiro que de suso vos havemos dicto* (p. 59) *E quando hi chegarom(...)*(p. 77). São, ao todo, 48 ocorrências, somando as que mencionam o ponto atingido, as que não o mencionam e a única ocorrência de lugar virtual. Quando o sujeito não é humano (caso de “a besta”, “o leom”), é animado. Só ocorre um sujeito não animado, “o fruto”, no exemplo (9). O sujeito é preposto quando a frase está completa. Quando não há locativo expreso, há variação na posição de sujeito (em quatro frases, de um total de dez, o sujeito está posposto).

Logo em seguida, em número de instâncias, ocorre o sentido de ‘aproximar-se’, também com grande número de frases com sujeito animado: (...) *nenhuu dos frades grandes ño se ousava chegar a ele* (p. 59). O verbo pode ser pronominal ou não. O total é de 24 registros, metade, portanto, dos casos de ‘atingir determinado ponto’. Há apenas quatro ocorrências de sujeito não animado, e as quatro apresentam substantivos abstratos: em três

delas, o sujeito é *novas* e, em uma, o sujeito é *a oração*. O sujeito, quando aparece, é geralmente preposto. Há quatro orações, três com sujeito humano e uma com sujeito *novas*, com sujeito posposto, nessa acepção. Nas quatro há um elemento, oracional ou não, ocupando a posição inicial do período.

Ocorrem também usos não seguidos de locativo, com sujeito abstrato: *E quando se chegou o tempo de sa morte filhou-o hua maleyta* (p. 60-61). Observa-se que a ideia de ‘morte’ está presente neles.

Verifica-se, no todo, que vários dos significados de hoje não são contemplados e que os usos sintáticos são, igualmente, mais restritos nesse texto arcaico.

Referências Bibliográficas

CANÇADO, Márcia. *Manual de semântica*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

FAGGION, Carmen Maria. Frase nominal indeterminada: suas marcas sintáticas e situações de emprego em *A Demanda do Santo Graal*. Cadernos do IL n. 31. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, dezembro de 2005.

FAGGION, Carmen Maria. Chegar e pregar, dois diferentes processos de gramaticalização. In: Anais do SIELP. Volume 2, Número 1. p. 1-10. Uberlândia: EDUFU, 2012 a. Acesso: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/pt/arquivos/sielp2012/736.pdf>

FAGGION, Carmen Maria. Os verbos vir e chegar nos Autos da devassa, 1794. In: Anais – I Congresso internacional de Estudos Filológicos. p. 1-12. Salvador: UFBA, 2012 b. (CD)

FORTUNATO, Isabella Venceslau. Análise da estrutura argumental do verbo “chegar” em construções com verbo-suporte. Domínios de Linguagem, Revista Eletrônica de Linguística. Acesso: www.dominiosdelingagem.org.br. Ano 3, n. 1, 1º semestre de 2009.

GODOY, Luisa. Preposições e os verbos transitivos indiretos: interface sintaxe – semântica lexical. Revista da ABRALIN, v. 7, n. 1, p. 49-68, jan./jun. 2008.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Sintaxe*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HOUAISS – Dicionário da Língua Portuguesa. Disponível em <http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame>. Acesso em 17/06/2013.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.

MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes. *Um Flos Sanctorum trecentista em português*: edição interpretativa. Brasília/DF: Editora Universidade de Brasília, 2009.

MATEUS, Maria Helena M. *et alii*. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.

MENEZES, Rosimeire Corrêa de. *Verbos de trajetória: uma análise sintático-semântica*. Belo Horizonte: UFMG, 2005 (Dissertação de Mestrado).

NIDA, Eugene. *Componential analysis of meaning*. The Hague/Paris: Mouton, 1975.

OTHERO, Gabriel de Ávila. *A gramática da frase em português: algumas reflexões para a formalização da estrutura frasal em português*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2009. Disponível em <http://www.pucrs.br/orgaos/edipucrs/>

RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.

SILVA, Joaquim Carvalho da. *Dicionário da língua portuguesa medieval*. Londrina, PR: EDUEL, 2007.

TALMY, Leonard. Force dynamics in language and cognition. In: TALMY, Leonard. *Toward a cognitive semantics – vol. 1*. Cambridge: The MIT Press, 2000.